



# **Porto do Pecém Geração de Energia S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Porto do Pecem Geração de Energia S.A.**  
São Gonçalo do Amarante - CE

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecem Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Porto do Pecem Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



### **Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 392.594 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudanças nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos, nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim  
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)



| <b>ATIVO</b>                                       | <b>Nota</b> | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                  |             |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 3           | 1.662             | 29.075            |
| Títulos e valores mobiliários                      | 4           | 135.192           | 174.463           |
| Concessionárias                                    | 5           | 409.571           | 180.921           |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 6           | 17.345            | 33.743            |
| Outros tributos compensáveis                       | 6           | 44.113            | 35.451            |
| Estoques   | 9           | 118.966           | 226.103           |
| Outros créditos                                    | 11          | 43.181            | 33.212            |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>                   |             | <b>770.030</b>    | <b>712.968</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |             |                   |                   |
| Outros tributos compensáveis                       | 6           | 45.750            | 4.742             |
| Tributos diferidos                                 | 7           | 392.594           | 422.882           |
| Cauções e depósitos vinculados                     | 10          | 1.441             | 1.133             |
| Outros créditos                                    | 11          | 2.644             | 14                |
|  |             | <b>442.429</b>    | <b>428.771</b>    |
| Imobilizado  | 12          | 2.958.851         | 3.100.935         |
| Intangível   | 13          | 13.463            | 3.649             |
|  |             | <b>2.972.314</b>  | <b>3.104.584</b>  |
| <b>Total do Ativo Não circulante</b>               |             | <b>3.414.743</b>  | <b>3.533.355</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                              |             | <b>4.184.773</b>  | <b>4.246.323</b>  |
| <b>PASSIVO</b>                                     |             |                   |                   |
| <b>Circulante</b>                                  |             |                   |                   |
| Fornecedores                                       | 14          | 216.584           | 126.479           |
| Imposto de renda e Contribuição social a recolher  | 6           | 2.689             |                   |
| Outros tributos a recolher                         | 6           | 27.274            | 6.746             |
| Dividendos   | 15          | 93.500            |                   |
| Debêntures   | 16          | 167.320           | 3.719             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  | 17          | 132.242           | 278.767           |
| Encargos Setoriais                                 | 18          | 7.962             | 10.815            |
| Ressarcimento por indisponibilidade                | 19          | 65.699            | 67.611            |
| Provisões  | 20          | 10.709            |                   |
| Outras contas a pagar                              | 11          | 21.372            | 9.481             |
| <b>Total do Passivo Circulante</b>                 |             | <b>745.351</b>    | <b>503.618</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |             |                   |                   |
| Tributos diferidos                                 | 7           | 5                 | 4                 |
| Debêntures   | 16          | 164.655           | 328.124           |
| Empréstimos e financiamentos                       | 17          | 753.339           | 991.735           |
| Encargos Setoriais                                 | 18          | 4.378             | 4.176             |
| Provisões  | 20          | 25.911            | 15.751            |
| Outras contas a pagar                              | 11          | 15.433            | 3.952             |
| <b>Total do Passivo Não circulante</b>             |             | <b>963.721</b>    | <b>1.343.742</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          |             |                   |                   |
| Capital social                                     | 21.1        | 2.368.999         | 3.007.811         |
| Reservas de lucros                                 | 25.1        | 106.702           | 29.964            |
| Prejuízos acumulados                               |             |                   | (638.812)         |
| <b>Total do Patrimônio líquido</b>                 |             | <b>2.475.701</b>  | <b>2.398.963</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>       |             | <b>4.184.773</b>  | <b>4.246.323</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**



|   | Nota | 2019               | 2018               |
|---|------|--------------------|--------------------|
| <b>Receitas</b>   | 22   | <b>1.983.919</b>   | <b>1.760.102</b>   |
| <b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b> | 23   |                    |                    |
| Custo do serviço de energia elétrica                      |      | (778.937)          | (365.418)          |
| Custo da produção da energia elétrica                     |      | (585.585)          | (669.267)          |
| Custo de operação   |      | (266.981)          | (265.208)          |
|   |      | <u>(1.631.503)</u> | <u>(1.299.893)</u> |
| <b>Lucro bruto</b>  |      | <b>352.416</b>     | <b>460.209</b>     |
| <b>Despesas e Receitas operacionais</b>                   | 23   |                    |                    |
| Despesas gerais e administrativas                         |      | (25.351)           | (23.635)           |
| Outras despesas e receitas operacionais                   |      | (2.144)            | (4.175)            |
|   |      | <u>(27.495)</u>    | <u>(27.810)</u>    |
| <b>Resultado antes de resultado financeiro e tributos</b> |      | <b>324.921</b>     | <b>432.399</b>     |
| <b>Resultado financeiro</b>                               | 24   |                    |                    |
| Receitas financeiras                                      |      | 55.227             | 44.106             |
| Despesas financeiras                                      |      | (150.715)          | (181.760)          |
|   |      | <u>(95.488)</u>    | <u>(137.654)</u>   |
| <b>Lucro líquido antes dos tributos</b>                   |      | <b>229.433</b>     | <b>294.745</b>     |
| <b>Tributos sobre o lucro</b>                             | 25   |                    |                    |
| Imposto de renda e contribuição social correntes          |      | (12.407)           | (13.209)           |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |      | (30.288)           | (56.680)           |
|   |      | <u>(42.695)</u>    | <u>(69.889)</u>    |
| <b>Lucro líquido do exercício</b>                         |      | <b>186.738</b>     | <b>224.856</b>     |
| <b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>       |      |                    |                    |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)          | 26   |                    |                    |
| ON  |      | 0,06946            | 0,07476            |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.  
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)



|                                   | <u>2019</u>    | <u>2018</u>    |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício        | 186.738        | 224.856        |
| Resultado abrangente do exercício | <u>186.738</u> | <u>224.856</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



|   | <u>Nota</u> | <u>2019</u>      | <u>2018</u>      |
|---|-------------|------------------|------------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>   |             |                  |                  |
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro  |             | 229.433          | 294.745          |
| <b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>        |             |                  |                  |
| Tributos diferidos  |             | 1                | 4                |
| Depreciações e amortizações   |             | 190.530          | 163.103          |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados                                 |             | 211              | 29.667           |
| Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos                               |             | 1.366            | 3.501            |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures |             | 124.652          | 154.339          |
| Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP                                    |             | 4.522            |                  |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas            |             | 2.121            | 922              |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP                          |             | 2.496            | 315              |
| Encargos setoriais - provisão e atualização monetária                                     |             | 7.184            | 7.834            |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária                         |             | (34)             | (89)             |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária                                  |             | (24.837)         | (7.127)          |
| Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade                                 |             |                  | (21.336)         |
| Operações de <i>hedge</i> - carvão  |             |                  | 313              |
| Outros  |             | 12.198           | (598)            |
|   |             | <u>549.843</u>   | <u>625.593</u>   |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>  |             |                  |                  |
| Concessionárias   |             | (228.650)        | 161.361          |
| Títulos e valores mobiliários   |             | 39.271           | (174.463)        |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar  |             |                  | (141.903)        |
| Outros tributos compensáveis  |             | (196.704)        |                  |
| Estoques  |             | 95.424           | (138.492)        |
| Cauções e depósitos vinculados  |             | (274)            | (667)            |
| Outros ativos operacionais  |             | (13.822)         | 4.178            |
|   |             | <u>(304.755)</u> | <u>(289.986)</u> |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>                                      |             |                  |                  |
| Fornecedores  |             | 120.184          | (23.034)         |
| Outros tributos a recolher  |             | 203.550          | 153.272          |
| Encargos Setoriais  |             | (9.835)          | (7.649)          |
| Provisões   |             | (18.295)         | (3.098)          |
| Ressarcimento por Indisponibilidade   |             | (1.912)          | (6.410)          |
| Outros passivos operacionais  |             | 1.040            | 4.556            |
|   |             | <u>294.732</u>   | <u>117.637</u>   |
| <b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>                                      |             |                  |                  |
|   |             | <u>539.820</u>   | <u>453.244</u>   |
| Imposto de renda e contribuição social pagos  |             | (15.976)         | (14.056)         |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>                              |             |                  |                  |
|   |             | <u>523.844</u>   | <u>439.188</u>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                                      |             |                  |                  |
| Adições ao Imobilizado e Intangível   |             | (31.951)         | (98.127)         |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>                              |             |                  |                  |
|   |             | <u>(31.951)</u>  | <u>(98.127)</u>  |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                     |             |                  |                  |
| Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures         |             | (276.990)        | (217.877)        |
| Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos                                  |             | (232.451)        | (123.691)        |
| Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos                                       |             | (9.865)          |                  |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                             |             |                  |                  |
|   | 28.1        | <u>(519.306)</u> | <u>(341.568)</u> |
| <b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>                                   |             |                  |                  |
|   |             | <u>(27.413)</u>  | <u>(507)</u>     |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                                       |             | 1.662            | 29.075           |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                                      |             | 29.075           | 29.582           |
|   |             | <u>(27.413)</u>  | <u>(507)</u>     |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



|   | <b>Capital social</b> | <b>Reservas de lucros</b> | <b>Prejuízos acumulados</b> | <b>Total</b>     |
|---|-----------------------|---------------------------|-----------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> | <b>3.007.811</b>      | -                         | <b>(833.704)</b>            | <b>2.174.107</b> |
| Lucro líquido do exercício              |                       |                           | 224.856                     | 224.856          |
| Destinação do lucro                     |                       |                           |                             |                  |
| Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)    |                       | 29.964                    | (29.964)                    | -                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>3.007.811</b>      | <b>29.964</b>             | <b>(638.812)</b>            | <b>2.398.963</b> |

|   | <b>Capital social</b> | <b>Reservas de lucros</b> | <b>Lucros acumulados</b> | <b>Total</b>     |
|---|-----------------------|---------------------------|--------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>3.007.811</b>      | <b>29.964</b>             | <b>(638.812)</b>         | <b>2.398.963</b> |
| Redução de capital - AGE de 28/06/19    | (638.812)             |                           | 638.812                  | -                |
| Lucro líquido do exercício              |                       |                           | 186.738                  | 186.738          |
| Destinação do lucro                     |                       |                           |                          |                  |
| Constituição de reserva legal           |                       | 9.337                     | (9.337)                  | -                |
| Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)    |                       | 31.530                    | (31.530)                 | -                |
| Dividendos intermediários (JSCP)        |                       |                           | (110.000)                | (110.000)        |
| Dividendo adicional proposto            |                       | 35.871                    | (35.871)                 | -                |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> | <b>2.368.999</b>      | <b>106.702</b>            | <b>-</b>                 | <b>2.475.701</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



|   | <b>2019</b>           | <b>2018</b>           |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>Geração do valor adicionado</b>                        | <b>2.279.140</b>      | <b>2.053.002</b>      |
| Receita operacional                                       | 2.230.078             | 1.953.673             |
| Receita relativa à construção de ativos próprios          | 49.078                | 98.715                |
| Outras Receitas   | (16)                  | 614                   |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>                | <b>(1.601.673)</b>    | <b>(1.252.968)</b>    |
| Custos da energia comprada                                | (799.827)             | (321.671)             |
| Encargos de uso da rede elétrica                          | (85.333)              | (81.990)              |
| Materiais   | (37.094)              | (45.643)              |
| Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica | (585.585)             | (669.267)             |
| Serviços de terceiros                                     | (78.215)              | (107.601)             |
| Outros custos operacionais                                | (15.619)              | (26.796)              |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                             | <b>677.467</b>        | <b>800.034</b>        |
| <b>Retenções</b>  |                       |                       |
| Depreciações e amortizações                               | (190.530)             | (163.103)             |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>                 | <b>486.937</b>        | <b>636.931</b>        |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>         |                       |                       |
| Receitas financeiras                                      | 57.068                | 45.272                |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                | <b>544.005</b>        | <b>682.203</b>        |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                   |                       |                       |
| Pessoal   |                       |                       |
| Remuneração direta  | 31.630                | 33.657                |
| Benefícios  | 7.823                 | 11.030                |
| FGTS  | 2.620                 | 2.043                 |
| Impostos, taxas e contribuições                           |                       |                       |
| Federais  | 131.531               | 178.481               |
| Estaduais   | 31.239                | 47.007                |
| Municipais  | 82                    | 160                   |
| Remuneração de capitais de terceiros                      |                       |                       |
| Juros   | 150.639               | 181.760               |
| Aluguéis  | 1.703                 | 3.209                 |
| Remuneração de capital próprio                            |                       |                       |
| Juros sobre capital próprio                               | 110.000               |                       |
|   | <u>467.267</u>        | <u>457.347</u>        |
| Lucros retidos  | 76.738                | 224.856               |
|   | <b><u>544.005</u></b> | <b><u>682.203</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Porto do Pecém), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou de outro foro regulamentado por lei.

### 1.1 Autorização - UTE Pecém I

A Companhia, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual. As principais características da usina são:

| Usina Termelétrica | Estado | Modalidade            | Outorga     | Capacidade Instalada | Energia Assegurada | Prazo de autorização |            |
|--------------------|--------|-----------------------|-------------|----------------------|--------------------|----------------------|------------|
|                    |        |                       |             | (MWm) (*)            | (MWm) (*)          | Início               | Término    |
| UTE Pecém I        | CE     | Produtor Independente | Autorização | 720,3                | 645,3              | 01/07/2008           | 01/07/2043 |

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

Em 16 de outubro de 2007, a Companhia comercializou 615 MWm no leilão A-5 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, pelo prazo de 15 anos. O preço estabelecido no leilão foi de R\$125,95 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o preço atualizado do contrato é de R\$156,52 por MWh.

A primeira unidade geradora da UTE Pecém I, com capacidade instalada de 360 MWm, começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que, em 1º de dezembro de 2012, foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para iniciar a operação comercial. A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MWm, ficando a Companhia responsável por recompor o lastro até a capacidade plena de 360 MWm. Em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena.

Na exploração da UTE Pecém I a Companhia terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições da autorização do MME, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Determinação da Perda estimada na realização dos estoques (Nota 9); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões (Nota 20); Provisão para ressarcimento de indisponibilidade (Nota 19); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.3).

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

## 2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

| Número/ Descrição  | Correlação IASB       | Natureza             | Data Publicação (Brasil) | Obrigatori-<br>idade de<br>adoção | Impactos<br>Contábeis   | Método de Adoção                                     |
|--|-----------------------|----------------------|--------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--|
| CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.7.1)   | IFRS 16               | Pronunciamento       | 21/12/2017               | 01/01/2019                        | Sim                     | Retrospectiva com efeito cumulativo                  |
| CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária  | IAS 29                | Pronunciamento       | 21/12/2018               | (*)                               | Sem impactos            | Não aplicável sua adoção                             |
| ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42                     | IFRIC 7               | Interpretação        | 21/12/2018               | (*)                               | Sem impactos            | Não aplicável sua adoção                             |
| ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)                      | IFRIC 23              | Interpretação        | 21/12/2018               | 01/01/2019                        | Sem impactos relevantes | Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)                                 | Revisão Diversos CPCs |                      | 01/11/2018               | 01/01/2019                        | Sem impactos            | Sem impactos da adoção para os exercícios            |
| CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4) | Conceptual Framework  | Estrutura Conceitual | 10/12/2019               | 01/01/2020                        | Sem impactos            | Sem impactos da adoção para os exercícios            |

(\*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

### 2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

|  | Nota | Saldo em<br>31/12/2018 | Ajustes<br>adoção<br>inicial | Saldo em 1º<br>de janeiro de<br>2019 |
|--|------|------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Ativo</b>                           |      |                        |                              |                                      |
| Imobilizado                            | 12   | 3.100.935              | 27.675                       | 3.128.610                            |
| <b>Passivo</b>                         |      |                        |                              |                                      |
| Outras contas a pagar (Circulante)     | 11.4 | 9.481                  | 10.769                       | 20.250                               |
| Outras contas a pagar (Não circulante) | 11.4 | 3.952                  | 16.906                       | 20.858                               |

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo (Nota 11), Imobilizado (Nota 12), Gastos Operacionais (Nota 23) e Resultado Financeiro (Nota 24).

### 2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

### 2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

## 3 Caixa e equivalentes de caixa

|                        | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|------------------------|------------|------------|
| Bancos conta movimento | 1.662      | 29.075     |
| Total                  | 1.662      | 29.075     |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

## 4 Títulos e valores mobiliários

Refere-se à aplicação em fundo de investimento de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com baixo risco de variação no valor de mercado, estando demonstrado pelo valor investido acrescido de juros auferidos até a data da demonstração financeira, que equivale ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019, a carteira de investimento do fundo é composta, substancialmente, por Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, com rentabilidade equivalente a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5 Concessionárias

|                                | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------|------|------------|------------|
| Suprimento de energia elétrica | 5.1  | 320.460    | 132.911    |
| Energia de curto prazo         | 5.2  | 89.111     | 48.010     |
| Total                          |      | 409.571    | 180.921    |

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

### 5.1 Suprimento de energia elétrica

O aumento do suprimento de energia elétrica da Companhia decorre substancialmente da realização de operações envolvendo a EDP Comercializadora, empresa do grupo, para swap de submercado, tendo sido comercializado no último trimestre do exercício 80% desta operação, tendo portanto saldos em aberto expressivamente mais elevados quando comparados a 2018.

Adicionalmente, ao final do exercício de 2018 a Companhia teve menor despacho quando comparado ao mesmo período de 2019, ocasionando parte do aumento da rubrica.

## 5.2 Energia de curto prazo

Do montante total em 31 de dezembro de 2019 de R\$89.111 (R\$48.010 em 31 de dezembro de 2018); (i) R\$35.957 (R\$30.799 em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos serviços ancilares e R\$53.154 (R\$17.211 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao montante de energia vendida na CCEE.

Os serviços ancilares, previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 822/2018, referem-se ao fornecimento de energia para manutenção da reserva de potência operativa, realizada para suprir o sistema elétrico em situações de contingência, como por exemplo, quando fontes de energia intermitentes reduzem a sua geração. Este mecanismo é administrado pelo ONS e o preço da venda é limitado a 130% do valor mais recente do Custo Variável Unitário - CVU, com vistas a minimizar o custo operacional total do sistema elétrico.

Adicionalmente, desde 04 de março de 2016 a Companhia possui liminar relativa ao processo nº 0051048-90.2015.4.01.3400 em trâmite na 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinando que a União e a ANEEL não transfiram para as associadas da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, associação a qual a Companhia pertence, o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais que tenham limitado a incidência do fator de ajuste do *Generation Scaling Factor* - GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) em todas as liquidações realizadas pela CCEE, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção decorrente do GSF. A liminar permanece vigente até a presente data.

## 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

|  | Saldo em<br>31/12/2018 | Adição  | Baixas   | Atualização<br>monetária | Adianta-<br>mentos /<br>Pagamentos | Compen-<br>sação de<br>tributos | Reclassifi-<br>cação | Transferên-<br>cia | Saldo em<br>31/12/2019 |
|--|------------------------|---------|----------|--------------------------|------------------------------------|---------------------------------|----------------------|--------------------|------------------------|
| <b>Ativos compensáveis</b>                         |                        |         |          |                          |                                    |                                 |                      |                    |                        |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 33.743                 |         |          | 2.638                    | 15.258                             | (34.515)                        |                      | 221                | 17.345                 |
| Total Circulante                                   | 33.743                 | -       | -        | 2.638                    | 15.258                             | (34.515)                        | -                    | 221                | 17.345                 |
| <b>Outros tributos compensáveis</b>                |                        |         |          |                          |                                    |                                 |                      |                    |                        |
| ICMS   | 3.053                  | 14.883  | (14.490) |                          | 409                                |                                 | 89                   |                    | 3.944                  |
| PIS e COFINS                                       | 26.830                 | 191.093 |          | 22.232                   | 1.021                              | (44.024)                        |                      | (121.041)          | 76.111                 |
| IRRF sobre aplicações financeiras                  | 5.082                  | 2.940   |          |                          | 5.103                              | (21)                            |                      | (5.257)            | 7.847                  |
| IR/CS retidos sobre faturamento                    | 224                    | 39      |          |                          |                                    |                                 |                      | (152)              | 111                    |
| Outros   | 5.004                  | 576     |          |                          | 125                                | (455)                           |                      | (3.400)            | 1.850                  |
| Total  | 40.193                 | 209.531 | (14.490) | 22.232                   | 6.658                              | (44.500)                        | 89                   | (129.850)          | 89.863                 |
| Circulante   | 35.451                 |         |          |                          |                                    |                                 |                      |                    | 44.113                 |
| Não circulante                                     | 4.742                  |         |          |                          |                                    |                                 |                      |                    | 45.750                 |
| <b>Passivos a recolher</b>                         |                        |         |          |                          |                                    |                                 |                      |                    |                        |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher  | -                      | 12.407  |          |                          | (718)                              | (476)                           |                      | (8.524)            | 2.689                  |
| Total Circulante                                   | -                      | 12.407  | -        | -                        | (718)                              | (476)                           | -                    | (8.524)            | 2.689                  |
| <b>Outros tributos a recolher</b>                  |                        |         |          |                          |                                    |                                 |                      |                    |                        |
| ICMS   | 1.298                  | 14.522  | (18)     | 28                       | (14.166)                           |                                 | 89                   |                    | 1.753                  |
| PIS e COFINS                                       | 678                    | 215.752 |          |                          | (12.398)                           | (78.539)                        |                      | (121.086)          | 4.407                  |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros    | 1.736                  | 18.102  |          |                          | (18.794)                           |                                 |                      | (19)               | 1.025                  |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio                | -                      | 16.500  |          |                          |                                    |                                 |                      |                    | 16.500                 |
| Encargos com pessoal                               | 1.642                  | 829     |          |                          | (1.039)                            |                                 |                      |                    | 1.432                  |
| Outros   | 1.392                  | 4.012   |          | 5                        | (3.252)                            |                                 |                      |                    | 2.157                  |
| Total Circulante                                   | 6.746                  | 269.717 | (18)     | 33                       | (49.649)                           | (78.539)                        | 89                   | (121.105)          | 27.274                 |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

## 7 Tributos diferidos

|  | Nota | Ativo          |                | Passivo        |            |
|--|------|----------------|----------------|----------------|------------|
|  |      | Não Circulante |                | Não Circulante |            |
|  |      | 31/12/2019     | 31/12/2018     | 31/12/2019     | 31/12/2018 |
| PIS e COFINS                           |      |                |                | 5              | 4          |
| Imposto de renda e contribuição social | 7.1  | 392.594        | 422.882        |                |            |
| <b>Total</b>                           |      | <b>392.594</b> | <b>422.882</b> | <b>5</b>       | <b>4</b>   |

### 7.1 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

### 7.1.1 Composição

|   | Ativo Não circulante |            | Passivo Não circulante |            | Resultado |          |
|---|----------------------|------------|------------------------|------------|-----------|----------|
|   | 31/12/2019           | 31/12/2018 | 31/12/2019             | 31/12/2018 | 2019      | 2018     |
| <b>Natureza dos créditos</b>                            |                      |            |                        |            |           |          |
| <b>Prejuízos fiscais</b>                                | 278.609              | 293.038    |                        |            | (14.429)  | (13.757) |
| <b>Base negativa da contribuição social</b>             | 100.299              | 105.494    |                        |            | (5.195)   | (4.952)  |
|   | 378.908              | 398.532    | -                      | -          | (19.624)  | (18.709) |
| <b>Diferenças temporárias</b>                           |                      |            |                        |            |           |          |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 1.099                | 223        |                        |            | 876       | 140      |
| Gastos Pré-operacionais                                 |                      | 14.306     |                        |            | (14.306)  | (26.084) |
| Instrumentos financeiros - CPC 39                       |                      | (545)      |                        |            | 545       | (288)    |
| Ressarcimento por indisponibilidade                     |                      |            |                        |            |           | (11.413) |
| Licenças ambientais                                     | 1.565                | (43)       |                        |            | 1.608     | 200      |
| Provisão de fornecedores de materiais/serviços          | 7.515                | 8.914      |                        |            | (1.400)   | (399)    |
| Outras  | 3.549                | 1.524      | 42                     | 29         | 2.013     | (127)    |
| <b>Total diferenças temporárias</b>                     | 13.728               | 24.379     | 42                     | 29         | (10.664)  | (37.971) |
| <b>Total</b>  | 392.636              | 422.911    | 42                     | 29         | (30.288)  | (56.680) |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos           | (42)                 | (29)       | (42)                   | (29)       |           |          |
| <b>Total</b>  | 392.594              | 422.882    | -                      | -          |           |          |

### 7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| 2020   | 2021   | 2022   | 2023   | 2024   | 2025 a 2027 | 2027 e 2028 | Total Não circulante |
|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|-------------|----------------------|
| 25.812 | 19.132 | 21.527 | 23.498 | 25.411 | 91.210      | 186.046     | 392.636              |

### 8 Partes relacionadas

Além do contrato de mútuo a pagar para a controladora (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Notas explicativas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



|   | Relacionamento             | Preço praticado (R\$/MWh) | Duração                 | Ativo      |            | Passivo    |            |            |            | Resultado      |           |                     |           |           |          |       |
|---|----------------------------|---------------------------|-------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------------|-----------|---------------------|-----------|-----------|----------|-------|
|   |                            |                           |                         | Circulante |            | circulante |            | Circulante |            | Não circulante |           | Receitas (Despesas) |           |           |          |       |
|   |                            |                           |                         | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018     | 2019      | 2018                | 2019      | 2018      |          |       |
| <b>Concessionárias (Nota 5)</b>                                     |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>                               |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP São Paulo   | Controle comum             | Receita Fixa + CVU        | 27/08/2008 a 31/12/2026 | 8.678      | 3.375      |            |            |            |            |                |           | 44.573              | 51.056    |           |          |       |
| Energset  | Controle comum             | 271,83                    | 01/01/2018 a 31/12/2018 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     | 8.871     |           |          |       |
| Energset  | Controle comum             | 42,35                     | 01/05/2019 a 31/05/2019 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     | 5.246     |           |          |       |
| EDP Espírito Santo  | Controle comum             | Receita Fixa + CVU        | 01/01/2012 a 31/12/2026 | 4.928      | 2.084      |            |            |            |            |                |           |                     | 27.520    | 31.522    |          |       |
| EDP Comercializadora  | Controle comum             |                           | 01/01/2019 a 31/12/2019 | 99.242     |            |            |            |            |            |                |           |                     | 351.866   |           |          |       |
|   |                            |                           |                         | 112.848    | 5.459      | -          | -          | -          | -          | -              | -         | 429.205             | 91.449    | -         | -        |       |
| <b>Fornecedores (Nota 14)</b>                                       |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>                               |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP Comercializadora  | Controle comum             |                           | 01/01/2016 a 31/12/2017 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP Comercializadora  | Controle comum             |                           | 01/01/2018 a 31/12/2018 |            |            |            |            | 7.720      |            |                |           |                     |           | (263.567) |          |       |
| EDP Comercializadora  | Controle comum             |                           | 01/01/2019 a 31/12/2019 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     | (759.376) |           |          |       |
| Energset  | Controle comum             | 271,83                    | 01/01/2018 a 31/12/2018 |            |            | 144.325    |            |            |            |                |           |                     |           | (60.291)  |          |       |
| Energset  | Controle comum             | 219,57                    | 01/05/2019 a 30/09/2019 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | (42.546)  |          |       |
| Enerpeixe   | Controle comum             | 82,18                     | 01/02/2017 a 28/02/2017 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| <b>Uso do sistema de transmissão</b>                                |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP Transmissão   | Controle Comum             |                           | 23/12/2019 a 31/07/2043 |            |            |            | 5          |            |            |                |           |                     |           | (69)      |          |       |
| <b>Prestação de serviços (a)</b>                                    |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| Pecém OM  | Controle comum em conjunto |                           | Indeterminado           |            |            |            |            |            | 100        |                |           |                     |           | (4.684)   | (4.919)  |       |
| Pecém TM  | Controle comum em conjunto |                           | Indeterminado           |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | (23.364)  | (28.470) |       |
| EDP Varejista   | Controle comum             |                           | 01/01/2018 a 31/12/2021 |            |            |            | 6          | 3          |            |                |           |                     |           | (37)      | (37)     |       |
| EDP Portugal  | Controladora indireta      |                           | Indeterminado           |            |            |            | 736        | 1.286      |            |                |           |                     |           |           | (32)     | (136) |
| EDP PCH   | Controle comum (*)         |                           | 22/01/2018 a 31/12/2018 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | (47)      |          |       |
| EDP - Energias do Brasil  | Controladora (*)           |                           | 01/01/2019 a 30/09/2019 |            |            |            |            |            |            | 53             |           |                     |           | (53)      |          |       |
| EDP Comercializadora  | Controle comum (*)         |                           | 01/10/2019 a 21/01/2020 |            |            |            |            |            |            | 17             |           |                     |           | (17)      |          |       |
| EDP GRID  |                            |                           | 01/02/2018 a 28/02/2018 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | (124)     |          |       |
| EDP Comercializadora  | Controle comum             |                           | 01/07/2017 a 31/12/2021 |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | (18)      |          |       |
|   |                            |                           |                         | -          | -          | -          | 145.072    | 9.109      | 70         | -              |           | (830.164)           | (357.455) | (32)      | (136)    |       |
| <b>Ressarcimento por indisponibilidade (Nota 19)</b>                |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP São Paulo   | Controle comum             | PLD                       | 27/08/2008 a 31/12/2026 |            |            |            | 2.168      | 2.168      |            |                |           |                     |           | 7         | 3.844    |       |
| EDP Espírito Santo  | Controle comum             | PLD                       | 27/08/2008 a 31/12/2026 |            |            |            | 909        | 909        |            |                |           |                     |           | 4         | 2.373    |       |
|   |                            |                           |                         | -          | -          | -          | 3.077      | 3.077      | -          | -              |           | 11                  | 6.217     | -         | -        |       |
| <b>Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)</b>            |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| <b>Prestação de serviços - Backoffice (b)</b>                       |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| Pecém TM  | Controle comum em conjunto |                           | 01/05/2015 a 01/05/2020 | 6.010      | 4.279      |            |            |            | 1.550      |                |           |                     |           | 1.142     | 1.315    |       |
| Pecém OM  | Controle comum em conjunto |                           | 01/05/2015 a 01/05/2020 | 1.225      | 1.336      |            |            |            |            |                |           |                     |           | 430       | 568      |       |
| Mabe  | Controle comum em conjunto |                           | 01/05/2015 a 01/05/2020 | 1.311      | 1.349      |            |            |            |            |                |           |                     |           |           | 474      |       |
| <b>Compartilhamento do serviços de infraestrutura (c)</b>           |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP - Energias do Brasil  | Controladora               |                           | 01/01/2015 a 31/12/2021 |            |            |            |            |            |            | 79             |           |                     |           | (362)     |          |       |
| <b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (d)</b>         |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP São Paulo   | Controle comum             |                           | 01/01/2018 a 31/12/2022 |            |            |            |            |            |            | 7              |           |                     |           | (7)       |          |       |
| EDP - Energias do Brasil  | Controladora               |                           | 01/01/2019 a 31/12/2019 |            |            | 978        |            |            |            | 2.233          |           |                     |           | (5.482)   | (253)    |       |
| <b>Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.1.1)</b>      |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP - Energias do Brasil  | Controladora               |                           | 15/06/2016 a 18/06/2022 |            |            |            |            |            |            | 787            | 444       |                     |           | (233)     | (253)    |       |
| <b>Compartilhamento da plataforma NEWEB (e)</b>                     |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP Portugal  | Controladora Indireta      |                           | 01/01/2019 a 31/12/2019 |            |            |            | 583        | 583        |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| <b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (f)</b> |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP - Energias do Brasil  | Controladora               |                           | 01/01/2018 a 31/12/2019 |            |            |            |            |            |            |                | 3.502     |                     |           | (5.480)   | (11.954) |       |
| <b>Contrato de reembolso de prêmio de seguro</b>                    |                            |                           |                         |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           |           |          |       |
| EDP - Energias do Brasil  | Controladora               |                           | 31/03/2019              |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | 112       |          |       |
| Investco  | Controle comum             |                           | 31/03/2019              |            |            |            |            |            |            |                |           |                     |           | 1         |          |       |
|   |                            |                           |                         | 8.546      | 6.964      | 978        | 583        | 583        | 4.656      | 3.946          |           | (9.879)             | (10.103)  | -         | -        |       |
|   |                            |                           |                         | 121.394    | 12.423     | 978        | 148.732    | 12.769     | 4.726      | 3.946          | (410.827) | (269.892)           | (32)      | (136)     |          |       |

(\*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

**(a) Prestação de serviços**

Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

**Pecém OM**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança do trabalho e medicina ocupacional, engenharia ambiental, relacionamento e comunicação com comunidades.

**Pecém TM**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

**EDP Varejista**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em gestão de energia elétrica, com relação ao suporte comercial do processo de migração e de contratação de energia elétrica, à gestão de contrato de energia e das obrigações da contratante junto à CCEE e aos relatórios.

**EDP PCH**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em gestão de medição de faturamento da UTE Pecém I.

**EDP GRID**

Refere-se à aquisição de painéis solares junto à EDP GRID.

**EDP Comercializadora**

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

**EDP Portugal**

O contrato refere-se a prestação de serviços para intermediação da compra do carvão.

**EDP Energias do Brasil (EDP PCH e EDP Comercializadora)**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados à suporte aos processos de pós operação e gestão do sistema de medição e faturamento da usina, pela EDP Comercialização e Serviços de Energia, com vigência de 36 meses, a partir de 22 de janeiro de 2018 e término em 21 de janeiro de 2020, tendo sido a EDP PCH até 31 de dezembro de 2018 a responsável pelo contrato, posteriormente a sua alienação no grupo EDP - Energias do Brasil, passou a ser a controladora e tendo que um aditivo foi firmado, passando a EDP Comercializadora para cedente a partir de 1º de outubro de 2019. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$211, a serem pagos em parcelas mensais de R\$6.

**(b) Prestação de serviços - Backoffice**

Os contratos, com previsão de vigência de 60 meses contados a partir de 1º de maio de 2015, tem por objeto as seguintes prestações de serviços: (i) Pecém OM e Pecém TM: compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral; e (ii) Mabe: financeiro, contábil e serviços legais.

Os valores anuais originais a serem pagos pela Pecém OM, Pecém TM e Mabe, a serem atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC são, respectivamente, R\$541, R\$1.251 e R\$451.

**(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco e EDP Varejista considerando os mesmos critérios adotados anteriormente.

**(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** Até 31 de dezembro de 2017 esteve vigente o Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos firmado entre a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, e demais partes relacionadas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico.

A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

**(e) Compartilhamento da plataforma NEWEB:** Refere-se à licença de utilização do *software* Neweb, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alojar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo.

**(f) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

**8.1**

**Remuneração dos administradores**

**8.1.1**

**Opções de ações outorgadas da controladora**

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018 e junho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro e o quarto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R\$233 (R\$253 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

### 8.1.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

|                                  | Diretoria Estatutária |       |
|----------------------------------|-----------------------|-------|
|                                  | 2019                  | 2018  |
| Remuneração (a)                  | 1.872                 | 1.165 |
| Benefícios de curto prazo (b)    | 76                    | 39    |
| Benefícios - Previdência Privada | 165                   | 46    |
| Total                            | 2.113                 | 1.250 |

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

## 9 Estoques

|  | Nota | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------|------------|------------|
| Matéria prima e insumos para produção de energia |      |            |            |
| Carvão   |      | 55.353     | 172.605    |
| Diesel   |      | 2.351      | 2.009      |
| Cal  |      | 259        | 255        |
| Outros   |      | 2.365      | 2.149      |
| (-) Perda estimada na realização dos estoques    |      | (2.811)    | (14.382)   |
|  | 9.1  | 57.517     | 162.636    |
| Material de almoxarifado                         |      | 60.456     | 62.474     |
| Resíduos e sucatas                               |      | 993        | 993        |
| Total  |      | 118.966    | 226.103    |

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina e a matéria prima utilizada para a produção de energia elétrica. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura estão classificados na rubrica de Imobilizado pelo montante, em 31 de dezembro de 2019, de R\$10.553 (R\$10.345 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 12).

### 9.1 Matéria prima e insumos para produção de energia

A variação do exercício no montante de R\$116.690 deve-se, principalmente, aos seguintes fatores: (i) Consumo do estoque de carvão em função da intensificação da geração dado o cenário hidrológico desfavorável e (ii) redução dos preços de carvão mineral no mercado internacional, reduzindo significativamente os custos de aquisição.

## 10 Cauções e depósitos vinculados

|                      | Nota | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Atualização | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------|------|---------------------|--------|-------------|---------------------|
| Depósitos judiciais  | 20.1 | 1.133               | 274    | 34          | 1.441               |
| Total Não circulante |      | 1.133               | 274    | 34          | 1.441               |

## 11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

|   | Nota | Circulante |            | Não circulante |            |
|---|------|------------|------------|----------------|------------|
|   |      | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019     | 31/12/2018 |
| Outros créditos - Ativo                             |      |            |            |                |            |
| Adiantamentos                                       |      | 4.856      | 2.878      |                |            |
| Bens destinados à alienação/desativação             |      |            | 3.573      |                |            |
| Serviços em curso                                   |      | 1.851      |            |                |            |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 8    | 8.546      | 6.964      | 978            |            |
| Despesas pagas antecipadamente                      | 11.1 | 14.531     | 7.562      | 1.666          | 14         |
| Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA      | 11.2 | 13.194     | 11.832     |                |            |
| Outros  |      | 203        | 403        |                |            |
| Total   |      | 43.181     | 33.212     | 2.644          | 14         |
| Outras contas a pagar - Passivo                     |      |            |            |                |            |
| Folha de pagamento                                  |      | 733        | 884        |                |            |
| Benefícios pós-emprego                              |      | 10         | 18         |                |            |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas                   | 11.3 | 6.603      | 6.692      |                |            |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 8    | 1.319      | 1.869      | 4.726          | 3.946      |
| Arrendamentos e aluguéis                            | 11.4 | 12.697     |            | 10.706         |            |
| Outros  |      | 10         | 18         | 1              | 6          |
| Total   |      | 21.372     | 9.481      | 15.433         | 3.952      |

### 11.1 Despesas pagas antecipadamente

Varição refere-se principalmente a contratação de seguro patrimonial da Companhia. Em 2018 o valor apropriado era de seis doze avos do prêmio da apólice. Em julho de 2019 houve a renovação do seguro por um período de 18 meses, desta forma temos apropriado para o exercício de 2019 é de seis dezoito do prêmio do seguro da apólice.

### 11.2 Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA

O CUCA é um contrato firmado entre a Companhia e a Pecém II, vigente pelo prazo de vida útil da Pecém II, ou seja, previsto até o ano de 2043, com pagamento no valor fixo anual original de R\$5.200, atualizado anualmente pelo IGP-M, além de remuneração variável com base no custo dos insumos utilizados.

### 11.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

#### 11.4 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

|                             | Saldo em<br>31/12/2018 | Adoção<br>inicial<br>CPC 06 (R2) | Adição | Pagamentos | Juros e<br>Atualização<br>Monetária | Transferên-<br>cias | AVP   | Baixas | Saldo em<br>31/12/2019 |
|-----------------------------|------------------------|----------------------------------|--------|------------|-------------------------------------|---------------------|-------|--------|------------------------|
| Terrenos                    | -                      |                                  |        |            |                                     |                     |       |        |                        |
| Edifícios                   | -                      | 122                              | 600    | (568)      | 56                                  | 629                 | 20    |        | 859                    |
| Equipamentos de informática | -                      | 55                               |        | (53)       |                                     | 2                   |       | (4)    |                        |
| Máquinas e equipamentos     | -                      | 6.334                            |        | (5.523)    | 933                                 | 5.351               | 30    | (25)   | 7.100                  |
| Veículos                    | -                      | 4.258                            |        | (3.721)    | 620                                 | 3.561               | 20    |        | 4.738                  |
| Total Circulante            | -                      | 10.769                           | 600    | (9.865)    | 1.609                               | 9.543               | 70    | (29)   | 12.697                 |
| Edifícios                   | -                      | 107                              | 500    |            | 9                                   | (629)               | 370   |        | 357                    |
| Equipamentos de informática | -                      | 2                                |        |            |                                     | (2)                 |       |        |                        |
| Máquinas e equipamentos     | -                      | 13.302                           |        |            | 974                                 | (5.351)             | 1.100 |        | 10.025                 |
| Veículos                    | -                      | 3.495                            |        |            | 40                                  | (3.561)             | 350   |        | 324                    |
| Total Não circulante        | -                      | 16.906                           | 500    | -          | 1.023                               | (9.543)             | 1.820 | -      | 10.706                 |

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

| Ano                  | Edifícios |           | Máquinas e equipamentos |           | Veículos |           |
|----------------------|-----------|-----------|-------------------------|-----------|----------|-----------|
|                      | Valor     | Taxas (%) | Valor                   | Taxas (%) | Valor    | Taxas (%) |
| 2020                 | 803       | 8,22%     | 6.167                   | 8,93%     | 4.141    | 8,61%     |
| Juros embutidos      | 56        |           | 933                     | 0,00%     | 597      |           |
| Total Circulante     | 859       |           | 7.100                   |           | 4.738    |           |
| 2021                 | 348       | 8,51%     | 5.124                   | 9,58%     | 284      | 8,93%     |
| 2022                 | -         |           | 3.927                   | 9,58%     | -        |           |
| Juros embutidos      | 9         |           | 974                     |           | 40       |           |
| Total Não circulante | 357       |           | 10.025                  |           | 324      |           |

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

| Fluxos de caixa                 | Nominal | Com AVP |
|---------------------------------|---------|---------|
| Contraprestação do arrendamento | 1.094   | 1.015   |
| PIS/COFINS potencial (9,25%)    | 101     | 94      |

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 12).

#### 12 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Para os imobilizados cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados até a data de término da autorização.

## 12.1 Composição do imobilizado

|   | 31/12/2019                           |                  |                       | 31/12/2018       |                                      |                  |                       |                  |
|---|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|--------------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
|   | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido    | Taxas anuais médias de depreciação % | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido    |
| Imobilizado em serviço                  |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Geração                                 |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Terrenos                                |                                      | 18.021           |                       | 18.021           |                                      | 18.021           |                       | 18.021           |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 2,95                                 | 261.944          | (50.955)              | 210.989          | 2,95                                 | 261.652          | (43.233)              | 218.419          |
| Máquinas e equipamentos                 | 4,98                                 | 3.601.975        | (1.024.741)           | 2.577.234        | 4,32                                 | 3.424.673        | (854.909)             | 2.569.764        |
| Veículos                                | 14,29                                | 2.355            | (1.122)               | 1.233            | 14,29                                | 2.441            | (920)                 | 1.521            |
| Móveis e utensílios                     | 6,25                                 | 17               | (2)                   | 15               | 6,25                                 | 12               | (1)                   | 11               |
|   |                                      | <u>3.884.312</u> | <u>(1.076.820)</u>    | <u>2.807.492</u> |                                      | <u>3.706.799</u> | <u>(899.063)</u>      | <u>2.807.736</u> |
| Sistema de transmissão de conexão       |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Máquinas e equipamentos                 | 3,26                                 | 26.273           | (5.845)               | 20.428           | 3,26                                 | 26.273           | (4.989)               | 21.284           |
|   |                                      | <u>26.273</u>    | <u>(5.845)</u>        | <u>20.428</u>    |                                      | <u>26.273</u>    | <u>(4.989)</u>        | <u>21.284</u>    |
| Administração                           |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Terrenos                                |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 4,72                                 | 9.869            | (605)                 | 9.264            | 4,54                                 | 9.395            | (269)                 | 9.126            |
| Máquinas e equipamentos                 | 9,53                                 | 8.091            | (2.463)               | 5.628            | 7,87                                 | 6.699            | (1.919)               | 4.780            |
| Veículos                                | 14,29                                | 82               | (23)                  | 59               | 14,29                                | 82               | (11)                  | 71               |
| Móveis e utensílios                     | 7,57                                 | 1.112            | (120)                 | 992              | 6,25                                 | 934              | (49)                  | 885              |
|   |                                      | <u>19.154</u>    | <u>(3.211)</u>        | <u>15.943</u>    |                                      | <u>17.110</u>    | <u>(2.248)</u>        | <u>14.862</u>    |
| Total do imobilizado em serviço         |                                      | <u>3.929.739</u> | <u>(1.085.876)</u>    | <u>2.843.863</u> |                                      | <u>3.750.182</u> | <u>(906.300)</u>      | <u>2.843.882</u> |
| Ativos de direito de uso                |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 76,44                                | 1.327            | (357)                 | 970              |                                      |                  |                       | -                |
| Máquinas e equipamentos                 | 59,20                                | 19.636           | (5.448)               | 14.188           |                                      |                  |                       | -                |
| Veículos                                | 48,79                                | 7.753            | (4.106)               | 3.647            |                                      |                  |                       | -                |
| Total Ativos de direito de uso          |                                      | <u>28.716</u>    | <u>(9.911)</u>        | <u>18.805</u>    |                                      | <u>-</u>         | <u>-</u>              | <u>-</u>         |
| Imobilizado em curso                    |                                      |                  |                       |                  |                                      |                  |                       |                  |
| Geração                                 |                                      | 96.183           |                       | 96.183           |                                      | 256.865          |                       | 256.865          |
| Administração                           |                                      |                  |                       | -                |                                      | 188              |                       | 188              |
| Total do imobilizado em curso           |                                      | <u>96.183</u>    | <u>-</u>              | <u>96.183</u>    |                                      | <u>257.053</u>   | <u>-</u>              | <u>257.053</u>   |
| Total do imobilizado                    |                                      | <u>4.054.638</u> | <u>(1.095.787)</u>    | <u>2.958.851</u> |                                      | <u>4.007.235</u> | <u>(906.300)</u>      | <u>3.100.935</u> |

## 12.2 Movimentação do imobilizado

|   | Valor líquido 31/12/2018 | Adoção inicial CPC 06 (R2) (Nota 11.4) | Ingressos (Nota 12.2.1) | Transferência para imobilizado em serviço | Depreciações     | Baixas          | Reclassificações | Valor líquido 31/12/2019 |
|---|--------------------------|--|-------------------------|---|------------------|-----------------|------------------|--------------------------|
|   |                          |  |                         |   |                  |                 |                  |                          |
| Imobilizado em serviço                  |                          |  |                         |   |                  |                 |                  |                          |
| Terrenos                                | 18.021                   |  |                         |   |                  |                 |                  | 18.021                   |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 227.545                  |  |                         | 878                                       | (8.062)          |                 | (108)            | 220.253                  |
| Máquinas e equipamentos                 | 2.595.828                |  |                         | 178.750                                   | (171.273)        | (123)           | 108              | 2.603.290                |
| Veículos                                | 1.592                    |  |                         |   | (300)            |                 |                  | 1.292                    |
| Móveis e utensílios                     | 896                      |  |                         | 183                                       | (72)             |                 |                  | 1.007                    |
| Outros                                  | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Total do imobilizado em serviço         | <u>2.843.882</u>         | <u>-</u>                               | <u>-</u>                | <u>179.811</u>                            | <u>(179.707)</u> | <u>(123)</u>    | <u>-</u>         | <u>2.843.863</u>         |
| Ativos de direito de uso                |                          |  |                         |   |                  |                 |                  |                          |
| Terrenos                                | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | -                        | 229                                    | 1.100                   |   | (359)            |                 |                  | 970                      |
| Equipamentos de informática             | -                        | 57                                     |                         |   | (53)             | (4)             |                  | -                        |
| Máquinas e equipamentos                 | -                        | 19.636                                 |                         |   | (5.448)          |                 |                  | 14.188                   |
| Veículos                                | -                        | 7.753                                  |                         |   | (4.106)          |                 |                  | 3.647                    |
| Outros                                  | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Total Ativos de direito de uso          | <u>-</u>                 | <u>27.675</u>                          | <u>1.100</u>            | <u>-</u>                                  | <u>(9.966)</u>   | <u>(4)</u>      | <u>-</u>         | <u>18.805</u>            |
| Imobilizado em curso                    |                          |  |                         |   |                  |                 |                  |                          |
| Terrenos                                | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.149                    |  |                         | (878)                                     |                  |                 | 878              | 1.149                    |
| Máquinas e equipamentos                 | 211.602                  |  | 23.326                  | (178.750)                                 |                  | (14.387)        | 17.749           | 59.540                   |
| Adiantamento a fornecedores             | 19.709                   |  |                         |   |                  | (2.953)         | (10.478)         | 6.278                    |
| A ratear                                | -                        |  |                         |   |                  |                 |                  | -                        |
| Material em depósito                    | 10.345                   |  | 7.268                   |   |                  | (62)            | (6.998)          | 10.553                   |
| Outros                                  | 14.248                   |  | 2.078                   | (183)                                     |                  | (613)           | 3.133            | 18.663                   |
| Total do imobilizado em curso           | <u>257.053</u>           | <u>-</u>                               | <u>32.672</u>           | <u>(179.811)</u>                          | <u>-</u>         | <u>(18.015)</u> | <u>4.284</u>     | <u>96.183</u>            |
| Total do imobilizado                    | <u>3.100.935</u>         | <u>27.675</u>                          | <u>33.772</u>           | <u>-</u>                                  | <u>(189.673)</u> | <u>(18.142)</u> | <u>4.284</u>     | <u>2.958.851</u>         |

### 12.2.1 Ingressos

Os ingressos estão relacionados substancialmente aos seguintes fatores: (i) investimentos nos moinhos das UG's 01 e 02, (ii) atualização do sistema de automação ABB e (iii) aquisição de sistema de desmineralização.

## 13 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para os intangíveis cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de amortização são ajustadas para que todos os intangíveis sejam amortizados até a data de término da autorização.

### 13.1 Composição do intangível

|  | 31/12/2019                           |                 |                       |               | 31/12/2018                           |                 |                       |               |
|--|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
|  | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Geração                                    |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Software                                   | 20,00                                | 18              | (11)                  | 7             | 20,00                                | 18              | (7)                   | 11            |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | 33,33                                | 24.950          | (14.277)              | 10.673        | 33,33                                | 8.941           | (8.941)               | -             |
|  |                                      | 24.968          | (14.288)              | 10.680        |                                      | 8.959           | (8.948)               | 11            |
| Sistema de transmissão de conexão          |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Servidão permanente                        | 3,25                                 | 1.111           | (256)                 | 855           | 3,25                                 | 1.111           | (220)                 | 891           |
|  |                                      | 1.111           | (256)                 | 855           |                                      | 1.111           | (220)                 | 891           |
| Administração                              |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Software                                   | 20,00                                | 3.586           | (2.030)               | 1.556         | 20,00                                | 3.292           | (1.555)               | 1.737         |
|  |                                      | 3.586           | (2.030)               | 1.556         |                                      | 3.292           | (1.555)               | 1.737         |
| Total do intangível em serviço             |                                      | 29.665          | (16.574)              | 13.091        |                                      | 13.362          | (10.723)              | 2.639         |
| Intangível em curso                        |                                      |                 |                       |               |                                      |                 |                       |               |
| Administração                              |                                      | 372             |                       | 372           |                                      | 1.010           |                       | 1.010         |
| Total do intangível em curso               |                                      | 372             | -                     | 372           |                                      | 1.010           | -                     | 1.010         |
| Total do intangível                        |                                      | 30.037          | (16.574)              | 13.463        |                                      | 14.372          | (10.723)              | 3.649         |

### 13.2 Movimentação do intangível

|  | Valor líquido | Transf. para imobilizado em serviço | Amortizações | Baixas  | Reclassificação | Valor líquido |
|--|---------------|-------------------------------------|--------------|---------|-----------------|---------------|
|  | 31/12/2018    |                                     |              |         |                 | Ingressos     |
| Intangível em serviço                      |               |                                     |              |         |                 |               |
| Software                                   | 1.748         | 295                                 | (480)        |         |                 | 1.563         |
| Servidão permanente                        | 891           |                                     | (36)         |         |                 | 855           |
| Direito de concessão - Licenças ambientais | -             | 16.009                              | (5.336)      |         |                 | 10.673        |
| Total do intangível em serviço             | 2.639         | -                                   | 16.304       | (5.852) | -               | 13.091        |
| Intangível em curso                        |               |                                     |              |         |                 |               |
| Outros intangíveis em curso                | 1.010         | 16.406                              | (16.304)     | (28)    | (712)           | 372           |
| Total do intangível em curso               | 1.010         | 16.406                              | (16.304)     | (28)    | (712)           | 372           |
| Total do Intangível                        | 3.649         | 16.406                              | -            | (5.852) | (28)            | 13.463        |

### 14 Fornecedores

| Nota                             | Circulante |            |         |
|----------------------------------|------------|------------|---------|
|                                  | 31/12/2019 | 31/12/2018 |         |
| Suprimento de energia elétrica   | 14.1       | 144.325    | 7.720   |
| Encargos de uso da rede elétrica |            | 9.492      | 8.953   |
| Materiais e serviços             | 14.2       | 62.767     | 109.806 |
| Total                            |            | 216.584    | 126.479 |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

#### 14.1 Suprimento de energia elétrica

Assim como descrito na nota 5.1, a Companhia efetuou operações com a EDP Comercializadora para swap de submercado, assim como para recomposição de lastro, tendo 59% dessas operações realizadas no último trimestre do ano, fazendo com que este saldo fique elevado, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

#### 14.2 Materiais e serviços

A redução no exercício é decorrente principalmente das retenções contratuais passivas que a Companhia possuía relativas ao período de construção da usina decorrente de adiantamentos pagos para a MABE responsável pela construção e montagem do complexo termelétrico. Este adiantamento permaneceu em aberto com o objetivo de subsidiar discussão judicial por fornecedores subcontratados pela Mabe. Em maio de 2019, foi realizado acordo judicial com um dos fornecedores da fase de obra que possibilitou a compensação destes saldos no montante de R\$14.000.

### 15 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 17), a Companhia possui restrição quanto ao pagamento da distribuição dos lucros do exercício quando acima da distribuição de dividendo mínimo obrigatório.

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2019 no montante bruto de R\$110.000, sendo R\$93.500 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, em conjunto com a referida liberação junto ao BNDES.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

| Passivo                  | Saldo em   |        | Saldo em   |
|--------------------------|------------|--------|------------|
|                          | 31/12/2018 | JSCP   | 31/12/2019 |
| EDP - Energias do Brasil | -          | 93.500 | 93.500     |
|                          | -          | 93.500 | 93.500     |

Notas explicativas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



16 Debêntures  
16.1 Composição do saldo de Debêntures

| Agente fiduciário   | Tipo de emissão         | Quantidade de títulos | Valor nominal unitário | Valor total | Data da emissão          | Vigência do contrato    | Finalidade  | Custo da dívida  | Forma de pagamento  | Garantias                                      | 31/12/2019 |            |                |         | 31/12/2018 |                |           |
|---|-------------------------|-----------------------|------------------------|-------------|--------------------------|-------------------------|---|------------------|---|--|------------|------------|----------------|---------|------------|----------------|-----------|
|   |                         |                       |                        |             |                          |                         |   |                  |   |  | Encargos   |            | Principal      |         | Encargos   |                | Principal |
|   |                         |                       |                        |             |                          |                         |   |                  |   |  | Circulante | Circulante | Não circulante | Total   | Circulante | Não circulante | Total     |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. | Instrução CVM nº 476/09 | 33.000                | 10                     | 330.000     | 1ª emissão em 14/11/2016 | 14/11/2016 a 14/11/2021 | Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID | CDI + 2,95% a.a. | Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral | Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil | 3.061      | 165.000    | 165.000        | 333.061 | 3.719      | 330.000        | 333.719   |
| (-) Custos de emissão   |                         |                       |                        | (3.484)     |                          | 14/11/2016 a 14/11/2021 |   |                  | Amortização mensal  |  |            | (741)      | (345)          | (1.086) |            | (1.876)        | (1.876)   |
| Total   |                         |                       |                        |             |                          |                         |   |                  |   |  | 3.061      | 164.259    | 164.655        | 331.975 | 3.719      | 328.124        | 331.843   |

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima na Companhia é de R\$333.061 em 31 de dezembro de 2019 (R\$333.719 em 31 de dezembro de 2018).

### 16.2 Movimentação das debêntures no exercício

|                       | Saldo em<br>31/12/2018 | Pagamentos      | Juros<br>provisiona-<br>dos | Transferên-<br>cias | Amortização<br>do custo de<br>transação | Saldo em<br>31/12/2019 |
|-----------------------|------------------------|-----------------|-----------------------------|---------------------|---|------------------------|
| <b>Circulante</b>     |                        |                 |                             |                     |   |                        |
| Principal             | -                      |                 |                             | 165.000             |   | 165.000                |
| Juros                 | 3.719                  | (30.077)        | 29.419                      |                     |   | 3.061                  |
| Custo de transação    | -                      |                 |                             | (1.531)             | 790                                     | (741)                  |
|                       | <u>3.719</u>           | <u>(30.077)</u> | <u>29.419</u>               | <u>163.469</u>      | <u>790</u>                              | <u>167.320</u>         |
| <b>Não circulante</b> |                        |                 |                             |                     |   |                        |
| Principal             | 330.000                |                 |                             | (165.000)           |   | 165.000                |
| Custo de transação    | (1.876)                |                 |                             | 1.531               |   | (345)                  |
|                       | <u>328.124</u>         | <u>-</u>        | <u>-</u>                    | <u>(163.469)</u>    | <u>-</u>                                | <u>164.655</u>         |

### 16.3 Vencimento das parcelas

| Vencimento            |                |
|-----------------------|----------------|
| <b>Circulante</b>     |                |
| 2020                  | 167.320        |
|                       | <u>167.320</u> |
| <b>Não circulante</b> |                |
| 2021                  | 164.655        |
|                       | <u>164.655</u> |
| Total                 | <u>331.975</u> |

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou Fiadora; (b) pedido de autotalência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado pela Emissora e/ou pela Fiadora de boa fé, no prazo legal, nas hipóteses para as quais a Lei não exija depósito elisivo; (d) propositura, pela Emissora e/ou Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial; (e) ingresso, pela Emissora e/ou pela Fiadora, em juízo com requerimento de recuperação judicial; ou (f) desde que caracterizem estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, eventos similares aos descritos nas alíneas (a) e (e) acima em outras jurisdições;
  - (ii) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, não sanado no prazo de até 02 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;
  - (iii) cancelamento, perda definitiva, revogação, ou não renovação da autorização da Emissora, nos termos da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº226, de 27 de junho de 2008;
  - (iv) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;
  - (v) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão;
  - (vi) alteração ou transferência do controle acionário direto da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas;
  - (vii) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, para a qual não tenha sido obtida anuência prévia dos Debenturistas;
  - (viii) vencimento antecipado de obrigação financeira da Fiadora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$75.000;
  - (ix) redução de capital da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas;
  - (x) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada no prazo de 10 dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;
  - (xi) protesto de títulos cujo valor individual ou global ultrapasse R\$50.000, ou seu equivalente em moeda estrangeira, conforme o caso, contra a Emissora, ou R\$75.000 ou seu equivalente em moeda estrangeira, conforme o caso, contra a Fiadora, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, de referido protesto a Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, tiver tomado medidas cabíveis para: (a) comprovar que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) que o protesto seja cancelado; ou, ainda (c) que o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
  - (xii) vencimento antecipado de obrigação financeira da Emissora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$3.000;
  - (xiii) inadimplemento, pela Emissora, desde que observados os respectivos prazos de cura previstos em qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$3.000, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 05 dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de negociação entre as partes e/ou por meio de medida judicial ou arbitral; e
  - (xiv) não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD acima de 1,2 vezes, aos finais dos exercícios anuais, a partir de 31 de dezembro de 2017; (b) pela Fiadora, do índice de Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,5 vezes, aos finais dos semestres terminados em junho e dezembro, a partir de 31 de dezembro de 2016.
- Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  
17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

|                                | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato       | Finalidade  | Covenants  | Custo da dívida   | Forma de pagamento   | Garantias   | 31/12/2019 |                |            |                |         | 31/12/2018 |                |            |                |          |           |  |
|--------------------------------|------------------|---------------------|----------------|----------------------------|---|--|---|--|---|------------|----------------|------------|----------------|---------|------------|----------------|------------|----------------|----------|-----------|--|
|                                |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   | Encargos   |                | Principal  |                |         | Encargos   |                | Principal  |                |          |           |  |
|                                |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total   | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Total    |           |  |
| <b>Moeda nacional</b>          |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            |                |            |                |         |            |                |            |                |          |           |  |
| EDP - Energias do Brasil S.A.  | 150.000          | 24/09/2012          | 150.000        | 24/09/2012 a Indeterminado | Contratos de mútuo  | Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro. | 105% do CDI   | Principal e juros com parcela única e final                            |   |            |                | 25.021     | 60.000         | 85.021  |            | 136.315        |            | 60.000         | 196.315  |           |  |
| BNDES                          | 1.410.000        | 10/06/2009          | 1.402.000      | 09/07/2009 a 15/06/2026    | Implantação da usina termelétrica Pecém I.                      | Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro. | 2,77% a.a. acima da TJLP  | Principal e juros mensais  | a. Penhor de ações;<br>b. Fiança bancária;<br>c. Cessão de direitos e contratos;<br>d. Notas promissórias;<br>e. Hipoteca; e<br>f. Alienação de ativos. |            | 2.692          | 130.244    | 670.084        | 803.020 | 3.064      | 122.750        | 797.880    | 923.694        |          |           |  |
| (-) Custo de transação         | (11.286)         | 10/06/2009          | (11.286)       | 09/07/2009 a 15/06/2026    |   |  |   |  |   |            |                |            | (694)          | (1.766) | (2.460)    |                | (808)      | (2.460)        | (3.268)  |           |  |
|                                |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            | 2.692          | 25.021     | 129.550        | 728.318 | 885.581    | 3.064          | 136.315    | 121.942        | 855.420  | 1.116.741 |  |
| <b>Moeda Estrangeira</b>       |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            |                |            |                |         |            |                |            |                |          |           |  |
| Banco Caixa Geral de Depósitos | USD 44.131       | 09/12/2016          | USD 44.131     | 09/12/2016 a 06/12/2019    | Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID             |  | Libor 6M + 2,50% a.a.   | Principal em parcela única no vencimento e Juros semestrais            | Nota Promissória da EDP - Energias do Brasil  |            |                |            |                |         | 615        |                | 172.845    | 173.460        |          |           |  |
|                                |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            |                |            |                |         | 615        |                | 172.845    |                | 173.460  |           |  |
| <b>Derivativos</b>             |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            |                |            |                |         |            |                |            |                |          |           |  |
| Banco Caixa Geral de Depósitos |                  | 09/12/2016          |                | 09/12/2016 a 06/12/2019    | Hedge frente ao financiamento do Banco Caixa Geral de Depósitos |  | Swap de variação cambial e de Libor 6M + 2,50% a.a. para CDI + 2,73% a.a. | Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida |   |            |                |            |                |         | 182        |                | (19.881)   | (19.699)       |          |           |  |
|                                |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            |                |            |                |         | 182        |                | (19.881)   |                | (19.699) |           |  |
| Total                          |                  |                     |                |                            |   |  |   |  |   |            | 2.692          | 25.021     | 129.550        | 728.318 | 885.581    | 3.861          | 136.315    | 274.906        | 855.420  | 1.270.502 |  |

Os empréstimos e financiamentos de moeda nacional são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo Swap estão mensurados a valor de mercado.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$803.020 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.094.641 em 31 de dezembro de 2018).

## 17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

|  | Valor líquido em<br>31/12/2018 | Pagamentos/<br>Recebimen-<br>tos | Juros<br>provisio-<br>nados | Transferên-<br>cias | Ajuste a valor<br>de mercado | Amortização<br>do custo de<br>transação | Variação<br>monetária e<br>cambial | Valor líquido em<br>31/12/2019 |
|--|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|---------------------|------------------------------|---|------------------------------------|--------------------------------|
| <b>Circulante</b>                        |                                |                                  |                             |                     |                              |   |                                    |                                |
| Principal                                | 295.595                        | (308.960)                        |                             | 130.177             | (1.848)                      |   | 15.280                             | 130.244                        |
| Juros                                    | 3.679                          | (202.374)                        | 80.977                      | 120.000             |                              |   | 410                                | 2.692                          |
| Custo de Transação<br>Swap (Nota 27.1.3) | (808)                          |                                  |                             | (694)               |                              | 808                                     |                                    | (694)                          |
|  | (19.699)                       | 31.970                           | 4.079                       |                     | (1.116)                      |   | (15.234)                           | -                              |
|  | <u>278.767</u>                 | <u>(479.364)</u>                 | <u>85.056</u>               | <u>249.483</u>      | <u>(2.964)</u>               | <u>808</u>                              | <u>456</u>                         | <u>132.242</u>                 |
| <b>Não circulante</b>                    |                                |                                  |                             |                     |                              |   |                                    |                                |
| Principal                                | 857.880                        |                                  |                             | (130.177)           |                              |   | 2.381                              | 730.084                        |
| Juros                                    | 136.315                        |                                  | 8.706                       | (120.000)           |                              |   |                                    | 25.021                         |
| Custo de Transação                       | (2.460)                        |                                  |                             | 694                 |                              |   |                                    | (1.766)                        |
|  | <u>991.735</u>                 | <u>-</u>                         | <u>8.706</u>                | <u>(249.483)</u>    | <u>-</u>                     | <u>-</u>                                | <u>2.381</u>                       | <u>753.339</u>                 |

## 17.3 Vencimento das parcelas

| Vencimento            |                |
|-----------------------|----------------|
| <b>Circulante</b>     |                |
| 2020                  | 132.242        |
|                       | <u>132.242</u> |
| <b>Não circulante</b> |                |
| 2021                  | 313.684        |
| 2022                  | 97.500         |
| 2023                  | 97.615         |
| 2024                  | 97.730         |
| 2025 até 2029         | 146.810        |
|                       | <u>753.339</u> |
| Total                 | <u>885.581</u> |

## 18 Encargos Setoriais

|                                  | Nota      | Saldo em<br>31/12/2018 | Adições       | Atualização<br>monetária | Pagamentos      | Transferên-<br>cia | Saldo em<br>31/12/2019 |
|----------------------------------|-----------|------------------------|---------------|--------------------------|-----------------|--------------------|------------------------|
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | 18.1 e 22 | 14.837                 | 16.481        | 592                      | (21.605)        | 1.851              | 12.156                 |
| Outros encargos                  |           | 154                    | 2.213         |                          | (2.183)         |                    | 184                    |
| Total                            |           | <u>14.991</u>          | <u>18.694</u> | <u>592</u>               | <u>(23.788)</u> | <u>1.851</u>       | <u>12.340</u>          |
| Circulante                       |           | 10.815                 |               |                          |                 |                    | 7.962                  |
| Não circulante                   |           | 4.176                  |               |                          |                 |                    | 4.378                  |
| Total                            |           | <u>14.991</u>          |               |                          |                 |                    | <u>12.340</u>          |

### 18.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

### 19 Ressarcimento por indisponibilidade

O saldo refere-se à provisão para ressarcimento dos períodos os quais a usina não estava disponível quando despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel da indisponibilidade da usina dos últimos 60 meses incorridos.

A movimentação da rubrica no exercício é a seguinte:

|                  | Saldo em<br>31/12/2018 | Pagamentos     | Saldo em<br>31/12/2019 |
|------------------|------------------------|----------------|------------------------|
| Ressarcimento    | 67.611                 | (1.912)        | 65.699                 |
| Total Circulante | <u>67.611</u>          | <u>(1.912)</u> | <u>65.699</u>          |

## 20 Provisões

| Nota                                     | Circulante |               | Não circulante |               |
|--|------------|---------------|----------------|---------------|
|  | 31/12/2019 | 31/12/2019    | 31/12/2019     | 31/12/2018    |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 20.1       |               | 11.978         | 7.138         |
| Licenças ambientais                      | 20.2       | 10.709        | 4.692          |               |
| Desmantelamento                          | 20.3       |               | 9.241          | 8.613         |
| Total                                    |            | <u>10.709</u> | <u>25.911</u>  | <u>15.751</u> |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### 20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

### 20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

|                      | Saldo em<br>31/12/2018 | Constituição<br>(Nota 14.2) | Pagamentos<br>(Nota 14.2) | Reversões | Atualização<br>monetária | Saldo em<br>31/12/2019 | Depósitos judiciais |            |
|----------------------|------------------------|-----------------------------|---------------------------|-----------|--------------------------|------------------------|---------------------|------------|
|                      |                        |                             |                           |           |                          |                        | 31/12/2019          | 31/12/2018 |
| Trabalhistas         | 655                    | 488                         |                           | (133)     | 119                      | 1.129                  | 369                 | 55         |
| Cíveis               | 5.637                  | 16.720                      | (14.000)                  |           | 1.042                    | 9.399                  |                     |            |
| Outros               | 846                    | 633                         |                           | (211)     | 182                      | 1.450                  |                     |            |
| Total Não circulante | 7.138                  | 17.841                      | (14.000)                  | (344)     | 1.343                    | 11.978                 | 369                 | 55         |

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.227 em 31 de dezembro de 2019. Não existem garantias cedidas relativas a provisões prováveis em 31 de dezembro de 2018.

### 20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

|              | Depósitos judiciais |            |            |            |
|--------------|---------------------|------------|------------|------------|
|              | 31/12/2019          | 31/12/2018 | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Trabalhistas | 1.947               | 2.070      | 7          | 80         |
| Cíveis       | 180.484             | 192.150    | 664        | 636        |
| Fiscais      | 90.928              | 83.620     |            |            |
| Total        | 273.359             | 277.840    | 671        | 716        |

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$89.843 em 31 de dezembro de 2019 (R\$86.918 em 31 de dezembro de 2018).

#### 20.1.2.1 Cíveis

##### 20.1.2.1.1 Encargo Hídrico Emergencial - EHE

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termelétricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Companhia apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Companhia ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Companhia. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Companhia vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2019 a ação possui o valor estimado total de R\$107.193 (R\$86.274 em 31 de dezembro de 2018). A variação no exercício é decorrente da revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

##### 20.1.2.1.2 Resolução CNPE nº 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado (R\$65.594 em 31 de dezembro de 2018).

##### 20.1.2.2 Fiscais

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$90.292 (R\$83.050 em 31 de dezembro de 2018), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

### 20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$401 (R\$362 em 31 de dezembro de 2018).

## 20.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 10,27% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Em 13 de dezembro de 2018 foi emitida a renovação da Licença de Operação - LO referente à UTE Pecém I junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. A nova LO (L.O. nº 716/2018-DICOP-GECON) será válida até 12 de dezembro de 2021 e, como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. O órgão ambiental determina prazos entre 30 e 180 dias para que a Companhia apresente os planos para atendimento às diversas condicionantes.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, como máquinas e equipamentos, e depreciadas pela vida útil dessas máquinas. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$19.256 (R\$12.604 em 31 de dezembro de 2018). Deste montante, R\$4.295 (R\$3.098 em 31 de dezembro de 2018) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$14.575 (R\$9.506 em 31 de dezembro de 2018) são substancialmente relativos a gastos com tratamento de água, gestão de resíduos e proteção do ar e clima, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

| Licenças ambientais | Saldo em 31/12/2018 | Adições | Pagamentos | Atualização monetária | Transferência | Ajuste a valor presente | Saldo em 31/12/2019 |
|---------------------|---------------------|---------|------------|-----------------------|---------------|-------------------------|---------------------|
| Circulante          | -                   | 6.121   | (4.295)    | 634                   | 8.354         | (105)                   | 10.709              |
| Não circulante      | -                   | 11.079  |            | 602                   | (8.354)       | 1.365                   | 4.692               |
| Total               | -                   | 17.200  | (4.295)    | 1.236                 | -             | 1.260                   | 15.401              |

## 20.3 Desmantelamento

O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 12). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

## 21 Patrimônio líquido

### 21.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.368.999 (R\$3.007.811 em 31 de dezembro de 2018), e está representado por 3.007.810.901 (3.007.810.901 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Em AGE realizada em 28 de junho de 2019 foi aprovada a redução de capital da Companhia em um montante de R\$638.812 mediante o cancelamento de 638.812.280 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade da acionista EDP – Energias do Brasil. A referida redução ocorreu, para fins de absorção de prejuízos acumulados.

## 22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

|                                     | Nota | MWh (*)          |                  | R\$              |                  |
|-------------------------------------|------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                                     |      | 2019             | 2018             | 2019             | 2018             |
| Suprimento de energia elétrica      | 5.1  |                  |                  |                  |                  |
| Receita fixa                        |      | 5.388.015        | 5.387.400        | 823.958          | 790.941          |
| Receita variável                    |      |                  |                  | 435.514          | 643.450          |
| Suprimento - Energest               |      | 123.876          | 43.920           | 5.246            | 8.872            |
| Suprimento - EDP Comercializadora   | 22.1 | 3.016.161        |                  | 351.866          |                  |
| Energia de curto prazo              | 5.2  |                  |                  |                  |                  |
| Serviços ancilares                  |      |                  |                  | 170.129          | 30.799           |
| Venda de energia                    |      | 590.409          | 310.944          | 441.597          | 359.849          |
| Ressarcimento por indisponibilidade | 22.2 |                  |                  | 196              | 117.406          |
| Outras receitas operacionais        |      |                  |                  | 1.572            | 2.356            |
| <b>Receita operacional bruta</b>    |      | <b>9.118.461</b> | <b>5.742.264</b> | <b>2.230.078</b> | <b>1.953.673</b> |
| (-) Deduções à receita operacional  |      |                  |                  |                  |                  |
| ICMS                                |      |                  |                  | (13.474)         | (18.397)         |
| PIS/COFINS                          |      |                  |                  | (213.912)        | (155.631)        |
| ISS                                 |      |                  |                  | (79)             | (118)            |
| P&D                                 | 18.1 |                  |                  | (16.481)         | (17.580)         |
| Outros encargos                     |      |                  |                  | (2.213)          | (1.845)          |
|                                     |      |                  |                  | (246.159)        | (193.571)        |
| <b>Receitas</b>                     |      | <b>9.118.461</b> | <b>5.742.264</b> | <b>1.983.919</b> | <b>1.760.102</b> |

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

## 22.1 Suprimento - EDP Comercializadora

Conforme descrito na nota 5.1, a Companhia operacionalizou no exercício operações com a EDP Comercializadora para swap de submercado.

## 22.2 Ressarcimento por indisponibilidade

A variação no exercício é decorrente, principalmente, do recálculo do ressarcimento por indisponibilidade de exercícios anteriores, devido a revisão do FID pela ANEEL.

## 23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação, da produção e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, custo da matéria prima consumida, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

|  | Nota | 2019                 |                |                |                          |              | Total            |
|--|------|----------------------|----------------|----------------|--------------------------|--------------|------------------|
|  |      | Custo do serviço     |                |                | Despesas operacionais    |              |                  |
|  |      | Com energia elétrica | Da produção    | De operação    | Gerais e administrativas | Outras       |                  |
| Energia elétrica comprada para revenda                     | 23.1 | 711.543              |                |                |                          |              | 711.543          |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |      | 66.841               |                |                |                          |              | 66.841           |
| Custo da matéria prima consumida                           | 23.2 |                      | 585.585        |                |                          |              | 585.585          |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 23.4 |                      |                | 38.230         | 7.774                    |              | 46.004           |
| Material   |      |                      |                | 19.407         | 1.741                    |              | 21.148           |
| Serviços de terceiros                                      | 23.5 |                      |                | 22.958         | 1.757                    |              | 24.715           |
| Depreciação - Imobilizado em serviço                       |      |                      |                | 179.694        | 13                       |              | 179.707          |
| Depreciação - Ativos de direito de uso                     |      |                      |                |                | 4.971                    |              | 4.971            |
| Amortização  |      |                      |                | 5.852          |                          |              | 5.852            |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas                   |      |                      |                |                |                          | 778          | 778              |
| Arrendamentos e aluguéis                                   | 23.6 |                      |                | 893            |                          |              | 893              |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens         |      |                      |                |                |                          | 1.223        | 1.223            |
| Outras   |      | 553                  |                | (53)           | 9.095                    | 143          | 9.738            |
| <b>Total</b>   |      | <b>778.937</b>       | <b>585.585</b> | <b>266.981</b> | <b>25.351</b>            | <b>2.144</b> | <b>1.658.998</b> |

|  | Nota | 2018                 |                |                |                          |              | Total            |
|--|------|----------------------|----------------|----------------|--------------------------|--------------|------------------|
|  |      | Custo do serviço     |                |                | Despesas operacionais    |              |                  |
|  |      | Com energia elétrica | Da produção    | De operação    | Gerais e administrativas | Outras       |                  |
| Energia elétrica comprada para revenda                     | 23.1 | 290.535              |                |                |                          |              | 290.535          |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |      | 74.406               |                |                |                          |              | 74.406           |
| Custo da matéria prima consumida                           | 23.2 |                      | 669.267        |                |                          |              | 669.267          |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 23.4 |                      |                | 39.730         | 11.272                   |              | 51.002           |
| Material   |      |                      |                | 16.644         | 407                      |              | 17.051           |
| Serviços de terceiros                                      | 23.5 |                      |                | 33.640         | 9.502                    |              | 43.142           |
| Depreciação - Imobilizado em serviço                       |      |                      |                | 159.418        | 13                       |              | 159.431          |
| Amortização  |      |                      |                | 3.672          |                          |              | 3.672            |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas                   |      |                      |                |                |                          | 674          | 674              |
| Arrendamentos e aluguéis                                   | 23.6 |                      |                | 3.028          | 181                      |              | 3.209            |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens         |      |                      |                |                |                          | 3.705        | 3.705            |
| Outras   |      | 477                  |                | 9.076          | 2.260                    | (204)        | 11.609           |
| <b>Total</b>   |      | <b>365.418</b>       | <b>669.267</b> | <b>265.208</b> | <b>23.635</b>            | <b>4.175</b> | <b>1.327.703</b> |

### 23.1 Energia elétrica comprada para revenda

|   | Nota   | 2019           | 2018           |
|---|--------|----------------|----------------|
| Contratos de compra de energia por quantidade | 23.1.1 | 798.947        | 321.194        |
| Energia de curto prazo                        |        | 328            |                |
| (-) Créditos de PIS/COFINS                    |        | (87.732)       | (30.659)       |
| <b>Total</b>                                  |        | <b>711.543</b> | <b>290.535</b> |

#### 23.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

O aumento nos contratos de compra de energia por quantidade ocorreu, conforme mencionado nas notas 14.1 e 22.1, pelo fato de a Companhia ter efetuado operações com a EDP Comercializadora para swap de submercado e recomposição de lastro em 2019.

### 23.2 Custo da matéria prima consumida

Mesmo com o aumento no volume de aquisição de matéria prima em 2019 totalizando 1.651 toneladas contra 1.557 toneladas do ano anterior, a redução no custo da matéria prima consumida decorre, principalmente, pela diminuição do custo na aquisição do carvão em 2019 comparado com exercício de 2018.

### 23.4 Pessoal e Administradores

|  | 2019          | 2018          |
|--|---------------|---------------|
| <b>Pessoal</b>                             |               |               |
| Remuneração                                | 23.667        | 26.906        |
| Encargos                                   | 8.545         | 7.774         |
| Previdência privada - Corrente             | 666           | 533           |
| Despesas rescisórias                       | 1.801         | 1.186         |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 2.057         | 2.765         |
| Outros benefícios - Corrente               | 7.087         | 10.293        |
|  | <b>43.823</b> | <b>49.457</b> |
| <b>Administradores</b>                     |               |               |
| Honorários e encargos                      | 1.772         | 1.088         |
| Benefícios dos administradores             | 409           | 457           |
|  | <b>2.181</b>  | <b>1.545</b>  |
|  | <b>46.004</b> | <b>51.002</b> |

### 23.5 Serviços de terceiros

|                                  | Nota | 2019          | 2018          |
|----------------------------------|------|---------------|---------------|
| Serviços de consultoria          |      | 1.824         | 2.903         |
| Serviços de manutenção           |      | 27.133        | 22.420        |
| Serviços de limpeza e vigilância |      | 6.004         | 6.701         |
| Serviços de informática          |      | 2.167         | 2.116         |
| Serviços de transporte           |      | 1.183         | 1.405         |
| Serviços Compartilhados          |      | 4.279         | 3.494         |
| (-) Crédito de PIS/COFINS        | 25.1 | (22.272)      |               |
| Outros                           |      | 4.397         | 4.103         |
|                                  |      | <b>24.715</b> | <b>43.142</b> |

### 23.6 Arrendamentos e aluguéis

O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais.

## 24 Resultado financeiro

|   | Nota          | 2019             | 2018             |
|---|---------------|------------------|------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>               |               |                  |                  |
| Juros e variações monetárias              |               |                  |                  |
| Renda de aplicações financeiras e cauções |               | 12.776           | 8.368            |
| Energia vendida                           |               | 4                | 3.030            |
| Depósitos judiciais                       | 10            | 34               | 89               |
| Juros e multa sobre tributos              | 6             | 24.870           | 7.238            |
| Outros juros e variações monetárias       |               | 2.910            | 3.705            |
| Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>   | 17.2 e 27.1.3 | 14.119           | 19.185           |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras   |               | (1.841)          | (1.166)          |
| Outras receitas financeiras               |               | 2.355            | 3.657            |
|   |               | <u>55.227</u>    | <u>44.106</u>    |
| <b>Despesas financeiras</b>               |               |                  |                  |
| <b>Encargos de dívida</b>                 |               |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos              | 17.2          | (93.259)         | (108.682)        |
| Debêntures                                | 16.2          | (30.209)         | (31.540)         |
| Variações em moeda estrangeira            | 17.2          | (15.303)         | (33.302)         |
| <b>Juros e variações monetárias</b>       |               |                  |                  |
| Juros e multa sobre tributos              | 6             | (33)             | (111)            |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas  | 20.1.1        | (1.343)          | (248)            |
| Arrendamentos e aluguéis                  | 11.4          | (4.522)          |                  |
| Outros juros e variações monetárias       |               | (2.711)          | (126)            |
| Variações em moeda estrangeira            |               |                  | (136)            |
| Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>   | 27.1.3        |                  | (313)            |
| Ajustes a valor presente                  |               | (628)            | (3.855)          |
| Outras despesas financeiras               |               | (2.707)          | (3.447)          |
|   |               | <u>(150.715)</u> | <u>(181.760)</u> |
|   |               | <u>(95.488)</u>  | <u>(137.654)</u> |

## 25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

|  | Nota | 2019            | 2018             |
|--|------|-----------------|------------------|
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro                   |      | 229.433         | 294.745          |
| Alíquota   |      | 34%             | 34%              |
| IRPJ e CSLL  |      | <u>(78.007)</u> | <u>(100.213)</u> |
| <b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>          |      |                 |                  |
| <b>IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes</b> |      |                 |                  |
| Doações  |      | (37)            | (9)              |
| Juros sobre o capital próprio                            |      | 37.400          |                  |
| Outras   |      | (239)           | (114)            |
| Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores     | 25.1 | (21.978)        |                  |
| <b>Incentivos fiscais</b>                                |      |                 |                  |
| SUDENE   | 25.2 | 19.816          | 29.964           |
| Outras   |      | 350             | 483              |
| Despesa de IRPJ e CSLL                                   |      | <u>(42.695)</u> | <u>(69.889)</u>  |
| Alíquota Efetiva   |      | 18,6%           | 23,7%            |

### 25.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

O montante refere-se à revisão tributária realizada pela Companhia, onde foram identificadas inconsistências no cálculo inicialmente elaborado, tendo sido registrado seus ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores, no exercício de 2019.

### 25.2 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 4 de agosto de 2016 a Companhia obteve junto à SUDENE o Laudo Constitutivo nº 87/2016, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2016.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais.

## 26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

|   | 2019           | 2018           |
|---|----------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas                                  | 186.738        | 224.856        |
| Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) | 2.688.405      | 3.007.811      |
| Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)   | <u>0,06946</u> | <u>0,07476</u> |

## 27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

|  | Nota | Níveis  | Valor justo      |                  | Valor contábil   |                  |
|--|------|---------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  |      |         | 31/12/2019       | 31/12/2018       | 31/12/2019       | 31/12/2018       |
| <b>Ativos financeiros</b>                            |      |         |                  |                  |                  |                  |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b>             |      |         |                  |                  |                  |                  |
| Títulos e valores mobiliários                        | 4    | Nível 2 | 135.192          | 174.463          | 135.192          | 174.463          |
|  |      |         | <u>135.192</u>   | <u>174.463</u>   | <u>135.192</u>   | <u>174.463</u>   |
| <b>Custo amortizado</b>                              |      |         |                  |                  |                  |                  |
| Caixa e equivalentes de caixa                        | 3    |         |                  |                  |                  |                  |
| Bancos conta movimento                               |      | Nível 2 | 1.662            | 29.075           | 1.662            | 29.075           |
| Concessionárias                                      | 5    | Nível 2 | 409.571          | 180.921          | 409.571          | 180.921          |
| Outros créditos - Partes relacionadas                | 11   | Nível 2 | 9.524            | 6.964            | 9.524            | 6.964            |
|  |      |         | <u>420.757</u>   | <u>216.960</u>   | <u>420.757</u>   | <u>216.960</u>   |
|  |      |         | <u>555.949</u>   | <u>391.423</u>   | <u>555.949</u>   | <u>391.423</u>   |
| <b>Passivos Financeiros</b>                          |      |         |                  |                  |                  |                  |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b>             |      |         |                  |                  |                  |                  |
| <b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b> |      |         |                  |                  |                  |                  |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas    | 17   |         |                  |                  |                  |                  |
| Moeda estrangeira                                    |      | Nível 2 |                  | 173.460          |                  | 173.460          |
| Derivativos  |      | Nível 2 |                  | (19.699)         |                  | (19.699)         |
|  |      |         | <u>-</u>         | <u>153.761</u>   | <u>-</u>         | <u>153.761</u>   |
| <b>Custo amortizado</b>                              |      |         |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores   | 14   | Nível 2 | 216.584          | 126.479          | 216.584          | 126.479          |
| Debêntures   | 16   | Nível 2 | 337.544          | 336.109          | 331.975          | 331.843          |
| Ressarcimento por indisponibilidade                  | 19   | Nível 2 | 65.699           | 67.611           | 65.699           | 67.611           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas    | 17   |         |                  |                  |                  |                  |
| Moeda nacional                                       |      | Nível 2 | 800.560          | 920.426          | 800.560          | 920.426          |
| Contratos de mútuo                                   |      | Nível 2 | 85.021           | 196.315          | 85.021           | 196.315          |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas          | 11   | Nível 2 | 6.045            | 5.815            | 6.045            | 5.815            |
| Arrendamentos e aluguéis                             | 11.4 | Nível 2 | 23.403           |                  | 23.403           |                  |
|  |      |         | <u>1.534.856</u> | <u>1.652.755</u> | <u>1.529.287</u> | <u>1.648.489</u> |
|  |      |         | <u>1.534.856</u> | <u>1.806.516</u> | <u>1.529.287</u> | <u>1.802.250</u> |

#### 27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

#### 27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 17), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures difere do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

#### 27.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

#### 27.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

##### • Contratos de swap

Em 08 de dezembro de 2016, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros Libor - 6M do financiamento contratado junto ao Banco Caixa Geral, que foi encerrado em 06 de dezembro de 2019.

##### • Opções de venda

Os contratos de opções de venda (*put options*) garantem ao seu comprador ou titular o direito de vender uma determinada moeda/ação/índice/mercadoria a um preço de exercício determinado em uma data de exercício.

A Companhia contratou operações de derivativos de janeiro a junho de 2018 com o objetivo de mitigar o risco do CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio USD/BRL, no cálculo do Ressarcimento por indisponibilidade (Nota 19).

A estratégia da Companhia foi de reduzir a exposição destas variáveis, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador no cálculo do ressarcimento, a queda do preço do carvão e a valorização do real frente ao dólar diminuem o valor do CVU e, por consequência, aumentam o valor do ressarcimento.

Para este fim, foram contratadas operações de opção de venda de carvão e câmbio para o mesmo período. Para as operações de venda de carvão, as mesmas foram estabelecidas no mercado europeu na modalidade asiática. Os vencimentos das operações são mensais com exercício exclusivamente na data de vencimento e a taxa de câmbio ou preço do carvão utilizado para liquidação da operação é resultante da média dos valores vigentes nas datas previamente fixadas no contrato.

Em todos os casos contratados as opções não foram exercidas, pois o preço do ativo objeto foi superior ao preço de exercício. Contudo, a estratégia de proteção mostrou-se adequada para mitigar os riscos frente ao ressarcimento, em contrapartida aos prêmios pagos.

| Descrição    | Contraparte   | Vigência                | Posição                        | Nocional      | Nocional R\$     | Valor justo   | Efeitos no Resultado |               |
|--------------|---------------|-------------------------|--------------------------------|---------------|------------------|---------------|----------------------|---------------|
|              |               |                         |                                | USD           | 31/12/2018       | 31/12/2018    | 2019                 | 2018          |
| <b>Swap</b>  |               |                         |                                |               |                  |               |                      |               |
| Ativo        | Caixa Geral   | 09/12/2016 a 06/12/2019 | por 6M + 2,50% a.a.            | 44.131        |                  | 173.141       | 26.470               | 33.214        |
| Passivo      |               |                         | CDI + 2,73% a.a.               |               | (150.000)        | (153.442)     | (12.351)             | (14.029)      |
|              |               |                         |                                | 44.131        | (150.000)        | 19.699        | 14.119               | 19.185        |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 01/02/2018 | US\$ 80,05/ton de carvão API 2 |               |                  |               |                      | (3)           |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (3)           |
| Compra       | Goldman Sachs | 22/11/2017 a 01/03/2018 | BRL/USD 3,1297                 |               |                  |               |                      | (7)           |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (7)           |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 01/03/2018 | US\$ 78,00/ton de carvão API 2 |               |                  |               |                      | (15)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (15)          |
| Compra       | Goldman Sachs | 22/11/2017 a 02/04/2018 | BRL/USD 3,1290                 |               |                  |               |                      | (15)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (15)          |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 02/04/2018 | US\$ 75,95/ton de carvão API 2 |               |                  |               |                      | (66)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (66)          |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 02/05/2018 | BRL/USD 3,1374                 |               |                  |               |                      | (29)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (29)          |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 02/05/2018 | US\$ 75,55/ton de carvão API 2 |               |                  |               |                      | (98)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (98)          |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 01/06/2018 | BRL/USD 3,1481                 |               |                  |               |                      | (43)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (43)          |
| Compra       | Citibank      | 22/11/2017 a 01/06/2018 | US\$ 78,00/ton de carvão API 2 |               |                  |               |                      | (37)          |
|              |               |                         |                                |               |                  |               |                      | (37)          |
| <b>Total</b> |               |                         |                                | <b>44.131</b> | <b>(150.000)</b> | <b>19.699</b> | <b>14.119</b>        | <b>18.872</b> |

(\*) API 2: O API 2 é o preço de referência para o carvão importado pelo noroeste europeu.

O vencimento líquido dos derivativos encontra-se demonstrado na nota 17.3.

Os efeitos no resultado do exercício relativos aos derivativos, são demonstrados a seguir:

|  | Resultado      |                 |
|--|----------------|-----------------|
|  | 2019           | 2018            |
| Receitas financeiras                   |                |                 |
| Operações de swap e hedge              | 11.155         | 19.632          |
|  | 11.155         | 19.632          |
| Despesas financeiras                   |                |                 |
| Variações monetárias moeda estrangeira | (15.303)       | (33.302)        |
| Encargos de dívidas                    | (8.257)        | (7.736)         |
| Marcação a mercado                     | 2.964          | (760)           |
|  | (20.596)       | (41.798)        |
| <b>Total</b>                           | <b>(9.441)</b> | <b>(22.166)</b> |

Os impactos dos ganhos e perdas, por tipo de proteção, foram os seguintes:

|  | Resultado     |               |
|--|---------------|---------------|
|  | 2019          | 2018          |
| <b>Derivativos com propósito de proteção</b> |               |               |
| Riscos cambiais                              | 26.369        | 25.566        |
| Riscos de taxas de juros e moeda             | (12.250)      | (6.381)       |
| Outros tipos de riscos                       |               | (313)         |
| <b>Total</b>                                 | <b>14.119</b> | <b>18.872</b> |

## 27.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 "Risk Officers" separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

### 27.2.1 Risco operacional

A Companhia apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevenindo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

A gestão do contrato de compra do carvão é realizado de forma a garantir processos de tomada de decisão de compra de carvão ágeis dada as informações sistêmicas e, considerando as projeções futuras de demanda.

Outro insumo que a Companhia pode ter escassez é de água, devido a ter seu abastecimento de água realizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídrico (COGERH), empresa estatal que administra os reservatórios e sistemas de distribuição de água bruta do Estado do Ceará. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I e 250l/s para Pecém) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

O referido contrato poderá ser sobrescrito, conforme LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 1º inc. III, a qual estabelece em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. Desta forma, mediante ao cenário hídrico do Estado Ceará que vem sendo impactado por sucessivos períodos de estiagem ocorridos nos últimos 8 anos que reduziram os níveis dos reservatórios, algumas sanções no abastecimento foram impostas como também a implicação de uma sobretaxa em caráter contingencial na tarifa de água cobrada pela concessionária.

Desde então várias ações de mitigação foram tomadas pela Companhia, visando a redução do consumo de água como também o favorecimento do reuso do efluente gerado pelas unidades geradoras. Tais ações resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

Além disso, a Companhia faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

### 27.2.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 16 e 17, possuem como contraparte o Simplific Pavarani Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, o BNDES e o Banco Caixa Geral de Depósitos. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um risco de mercado associado a CDI e TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia também possuía exposições à variação cambial em Dólar e juros associados à Libor 6M atreladas a dívida em moeda estrangeira, entretanto, possuía derivativo de swap com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações. A Companhia estava exposta a estas oscilações até 06 de dezembro, quando liquidou a dívida e o derivativo de swap.

#### 27.2.2.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

| Operação                                 | Risco       | Saldo da exposição | Aging cenário provável |                  |                 | Cenário (I)      | Cenário (II)            | Cenário (III)           | Cenário (IV)            | Cenário (V)             |
|--|-------------|--------------------|------------------------|------------------|-----------------|------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|  |             |                    | Até 1 ano              | 2 a 5 anos       | Acima de 5 anos | Provável         | Aumento do risco em 25% | Aumento do risco em 50% | Redução do risco em 25% | Redução do risco em 50% |
| Títulos e valores mobiliários            | CDI         | 135.192            | 73.421                 | -                | -               | 73.421           | 20.941                  | 43.003                  | (19.864)                | (38.694)                |
| <b>Instrumentos financeiros ativos</b>   | <b>CDI</b>  | <b>135.192</b>     | <b>73.421</b>          | <b>-</b>         | <b>-</b>        | <b>73.421</b>    | <b>20.941</b>           | <b>43.003</b>           | <b>(19.864)</b>         | <b>(38.694)</b>         |
| Debêntures                               | CDI         | 333.061            | (21.681)               | (10.867)         | -               | (32.548)         | (4.781)                 | (9.535)                 | 4.808                   | 9.644                   |
| Empréstimos e financiamentos - Mútuo     | CDI         | 85.021             | (5.001)                | (23.152)         | (6.303)         | (34.456)         | (10.223)                | (21.163)                | 9.543                   | 18.444                  |
| <b>Instrumentos financeiros passivos</b> | <b>CDI</b>  | <b>418.082</b>     | <b>(26.682)</b>        | <b>(34.019)</b>  | <b>(6.303)</b>  | <b>(67.004)</b>  | <b>(15.004)</b>         | <b>(30.698)</b>         | <b>14.351</b>           | <b>28.088</b>           |
|  |             | <b>553.274</b>     | <b>46.739</b>          | <b>(34.019)</b>  | <b>(6.303)</b>  | <b>6.417</b>     | <b>5.937</b>            | <b>12.305</b>           | <b>(5.513)</b>          | <b>(10.606)</b>         |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES     | TJLP        | 803.020            | (56.493)               | (131.901)        | (10.270)        | (198.664)        | (30.889)                | (61.439)                | 31.235                  | 62.825                  |
| <b>Instrumentos financeiros passivos</b> | <b>TJLP</b> | <b>803.020</b>     | <b>(56.493)</b>        | <b>(131.901)</b> | <b>(10.270)</b> | <b>(198.664)</b> | <b>(30.889)</b>         | <b>(61.439)</b>         | <b>31.235</b>           | <b>62.825</b>           |
|  |             | <b>803.020</b>     | <b>(56.493)</b>        | <b>(131.901)</b> | <b>(10.270)</b> | <b>(198.664)</b> | <b>(30.889)</b>         | <b>(61.439)</b>         | <b>31.235</b>           | <b>62.825</b>           |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a. e TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a.

#### 27.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 16 e 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) sendo que a Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4) que referem-se a aplicação em fundo de investimentos de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; e (iii) Concessionárias (Nota 5), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

|   | 31/12/2019     |                |                    |                |                | 31/12/2018       |
|---|----------------|----------------|--------------------|----------------|----------------|------------------|
|   | Até 1 mês      | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos  | Mais de 5 anos | Total            |
| <b>Passivos financeiros</b>                       |                |                |                    |                |                |                  |
| Fornecedores                                      | 193.645        | 499            | 22.440             |                |                | 216.584          |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas       |                |                | 1.319              | 4.726          |                | 6.045            |
| Debêntures  |                |                | 167.320            | 164.655        |                | 331.975          |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 11.020         | 22.040         | 99.182             | 704.402        | 48.937         | 885.581          |
| Derivativos                                       |                |                |                    |                |                | (19.699)         |
| Ressarcimento por indisponibilidade               |                |                | 65.699             |                |                | 65.699           |
| Arrendamentos e alugueis                          | 1.058          | 2.116          | 9.523              | 10.706         |                | 23.403           |
|   | <u>205.723</u> | <u>24.655</u>  | <u>365.483</u>     | <u>884.489</u> | <u>48.937</u>  | <u>1.529.287</u> |
|   |                |                |                    |                |                | <u>1.802.250</u> |

#### 27.2.3.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 16 e 17. Até 31 de dezembro de 2019 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

#### 27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

##### • Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

##### • Caixa, Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 4).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

#### 27.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCE etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

#### 27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

|                                      | 31/12/2019       | 31/12/2018       |
|--------------------------------------|------------------|------------------|
| Total dos empréstimos e debêntures   | 1.217.556        | 1.602.345        |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa    | (1.662)          | (29.075)         |
| (-) Títulos e valores mobiliários    | (135.192)        | (174.463)        |
| Dívida líquida                       | <u>1.080.702</u> | <u>1.398.807</u> |
| Total do Patrimônio Líquido          | <u>2.475.701</u> | <u>2.398.963</u> |
| Total do capital                     | <u>3.556.403</u> | <u>3.797.770</u> |
| Índice de alavancagem financeira - % | 30,39%           | 36,83%           |

**28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
**28.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

| Notas  | Saldo em 31/12/2018 | Efeito caixa | Efeito não caixa             |                           |                | Saldo em 31/12/2019 |
|--|---------------------|--------------|------------------------------|---------------------------|----------------|---------------------|
|  |                     |              | Variação monetária e cambial | Ajuste a valor de mercado | Adições/Baixas |                     |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>   |                     |              |                              |                           |                |                     |
| Debêntures   | 16                  | 331.843      | (30.077)                     |                           | 30.209         | 331.975             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida   | 17                  | 1.270.502    | (479.364)                    | 2.837                     | (2.964)        | 885.581             |
| Arrendamentos e aluguéis   | 11.4                | -            | (9.865)                      | 2.632                     | 1.890          | 23.403              |
| Capital social   | 21.1                | 3.007.811    |                              |                           | (638.812)      | 2.368.999           |
|  |                     | 4.610.156    | (519.306)                    | 5.469                     | (1.074)        | 3.609.958           |
| <b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b> |                     |              |                              |                           |                |                     |
|  |                     | 4.610.156    | (519.306)                    | 5.469                     | (1.074)        | 3.609.958           |

| Notas  | Saldo em 31/12/2017 | Efeito caixa | Efeito não caixa             |                           |                | Saldo em 31/12/2018 |
|--|---------------------|--------------|------------------------------|---------------------------|----------------|---------------------|
|  |                     |              | Variação monetária e cambial | Ajuste a valor de mercado | Adições/Baixas |                     |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>                             |                     |              |                              |                           |                |                     |
| Debêntures   |                     | 331.358      | (31.055)                     |                           | 70.767         | 371.070             |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas                                    |                     | 1.458.216    | (310.513)                    | 6.760                     | 447            | 1.231.275           |
|  |                     | 1.789.574    | (341.568)                    | 6.760                     | 447            | 1.602.345           |
| <b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)</b> |                     |              |                              |                           |                |                     |
|  |                     | 1.789.574    | (341.568)                    | 6.760                     | 447            | 1.602.345           |

**28.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

|   | 2019    | 2018 |
|---|---------|------|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar   | 93.500  |      |
| Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências | 16.719  |      |
| Provisão para custos com licença ambiental no intangível  | 17.200  | 588  |
| Redução de capital  | 638.812 |      |
| Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado   | 28.746  |      |
| Total   | 794.977 | 588  |

**29 Compromissos contratuais e Garantias**  
**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

|   | 31/12/2019 |             |             |                  | 31/12/2018  |             |
|---|------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|
|   | 2020       | 2021 a 2022 | 2023 a 2024 | A partir de 2025 | Total Geral | Total Geral |
| Responsabilidades com locações operacionais     | 1.098      | 2.784       | 29          | 14               | 3.925       | 26.936      |
| Obrigações de compra                            |            |             |             |                  |             |             |
| Compra de Energia                               | 2.210      | 41.047      |             |                  | 43.257      | 6.215       |
| Materiais e serviços                            | 446.796    | 246.972     | 76.010      | 96.065           | 865.843     | 717.127     |
| Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos | 49.416     | 46.877      | 17.734      | 3.358            | 117.385     | 332.265     |
|   | 499.520    | 337.680     | 93.773      | 99.437           | 1.030.410   | 1.082.543   |

(\*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras. Do montante de R\$1.082.543 em 31 de dezembro de 2018, R\$20.912 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

|   | 31/12/2019 |             |             |                  | 31/12/2018  |             |
|---|------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|
|   | 2020       | 2021 a 2022 | 2023 a 2024 | A partir de 2025 | Total Geral | Total Geral |
| Responsabilidades com locações operacionais     | 1.098      | 2.182       | 25          | 12               | 3.317       | 31.533      |
| Obrigações de compra                            |            |             |             |                  |             |             |
| Compra de Energia                               | 2.035      | 41.400      |             |                  | 43.435      | 6.525       |
| Encargos de conexão e Transporte de Energia     |            |             |             |                  | -           |             |
| Materiais e serviços                            | 446.796    | 191.741     | 64.642      | 90.669           | 793.848     | 736.282     |
| Prêmio de risco - GSF                           |            |             |             |                  | -           |             |
| Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos | 82.999     | 100.793     | 50.217      | 11.280           | 245.289     | 377.081     |
|   | 532.928    | 336.116     | 114.884     | 101.961          | 1.085.889   | 1.151.421   |

(\*) Do montante de R\$1.151.421 em 31 de dezembro de 2018, R\$31.889 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

## 29.2 Garantias

| Garantias       | Tipo de garantia                                | Limite máximo garantido |            |
|-----------------|---|-------------------------|------------|
|                 |   | 31/12/2019              | 31/12/2018 |
| Ações judiciais | (i) Seguro garantia e (ii) Depósito Caucionado. | 21.341                  | 694        |
| Fornecedores    | Fiança Corporativa                              |                         | 24.769     |
|                 |   | 21.341                  | 25.463     |

## 30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

|                         | 31/12/2019     |                              | 31/12/2018     |                              |
|-------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
|                         | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Subestações             | 51.781         | 51.781                       | 49.779         | 49.779                       |
| Usinas                  | 3.984.361      | 1.410.721                    | 3.582.677      | 1.549.920                    |
| Responsabilidade civil  | 50.000         | 50.000                       | 50.000         | 50.000                       |
| Transportes (materiais) | 26.602         | 16.123                       | 288.531        | 16.749                       |
| Transportes (veículos)  | 360            | 360                          | 360            | 360                          |
| Seguro de vida          | 29.528         | (*)                          | 29.690         | (*)                          |
| Lucros cessantes        | 252.177        | 141.072                      | 615.499        | 387.480                      |

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$731 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade Civil Ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (ii) Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iii) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**  
Presidente

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Vice-Presidente

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**  
Conselheiro

**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**  
Conselheiro

**Miguel Celso Mateos Valles**  
Conselheiro

**Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa**  
Conselheiro

### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho**  
Diretor de Construção e Operação

**Gustav Costa**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**André Luis Nunes de Mello Almeida**  
Diretor

### CONTABILIDADE

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor de Contabilidade  
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" CE